MILAN URBAN FOOD POLICY PACT

MERCOCIDADES

O POTENCIAL DAS POLÍTICAS ALIMENTARES URBANAS NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE



ITALIAN AGENCY FOR DEVELOPMENT COOPERATION

Prefeitura de Milão
Anna Scavuzzo, Vice-prefeita
Beatrice Arcari, Diretora do Departamento de Educação
Andrea Magarini, Diretor do Departamento de Políticas Alimentares
Filippo Gavazzeni, Coordenador MUFPP
Serena Duraccio, Funcionária Técnica do MUFPP
Francesco Cagnola, Funcionário Técnico do MUFPP
Emanuela Plebani, Funcionária Técnica do MUFPP
Giuditta Galluccio, Funcionária Técnica do MUFPP
Rayen Victoria Ferreira Molina, Estagiária do MUFPP

Mercocidades
Fernado Gray, Presidente da Mercocidades
Lautaro Lorenzo, Secretário Executivo
Jorge Rodríguez, Coordenador responsável pela STPM
Mariela Couto, Assessora técnica
Sabrina Crovetto, Responsável pela Comunicação

Grupo operacional MUFPP-Mercocidades

Direção
Filippo Gavazzeni, Jorge Rodriguez, Lautaro Lorenzo, Mariela Couto

Gestão do projeto
Francesco Cagnola, Sabrina Crovetto

Design gráfico
Francesco Cagnola

Grupo operacional

Prefeitura de Rosário
Roberto Barbieri, María Eugenia Hulten, Bernardita Raya

Prefeiturade Belo Horizonte
Bernardo Ribeiro, Bruno Pimienta Starling, Darklane Rodrigues Dias, Julia Carvalho Teixeira, Chyara Sales Pereira

Prefeitura de São Paulo
Bernardo Faria

Produção de relatório e interpretação espanhol-português patrocinada pela
Agência Italiana de Cooperação para o Desenvolvimento (AICS)

Data de publicação: setembro de 2025
Citação: "O potencial das políticas alimentares urbanas na América Latina e no Caribe"
Créditos das fotos: MUFPP, Mercocidades e cidades membros

CC BY NC SA

MILAN URBAN FOOD POLICY PACT

MERCOCIDADES

O POTENCIAL DAS POLÍTICAS ALIMENTARES URBANAS NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE

ÍNDICE

Prefácio pag. 06

Introdução pag. 08

“O potencial das políticas alimentares urbanas na América Latina e no Caribe” pag. 09

Organizadores pag. 10

Os temas dos webinars pag. 14

- Dados sobre a série pag. 16
- Governança pag. 18
- Dietas e Nutrição Sustentáveis pag. 26
- Igualdade social e económica pag. 36
- Produção alimentar pag. 44
- Abastecimento alimentar e distribuição pag. 52
- Desperdício de Alimentos pag. 60

Considerações finais pag. 68

PREFACIO

Do diálogo à ação: o compromisso do MUFPP com a América Latina e o Caribe

O relatório “O potencial das políticas alimentares urbanas na América Latina e no Caribe” reúne os aprendizados, experiências e reflexões compartilhados durante esta série de webinários. A iniciativa, nascida no âmbito da Carta de Intenções assinada entre o **Pacto de de Milão para Políticas Alimetares Urbanas (MUFPP) e a Mercocidades**, representa um passo concreto rumo a uma cooperação mais profunda e estruturada entre nossas redes.

Ao longo de sete encontros, dezenove cidades da região compartilharam suas práticas e reflexões em torno dos seis eixos do MUFPP. A diversidade de vozes — desde grandes metrópoles até cidades menores — enriqueceu o diálogo e reafirmou o compromisso da América Latina e do Caribe com a transformação de seus sistemas alimentares.

Essa participação ativa reflete-se **na notável presença da região na Premiação do Pacto de Milão**, com mais de 50 candidaturas na última edição. É um sinal claro do dinamismo, da criatividade e da vontade política que caracterizam as cidades latino-americanas neste domínio.

Gostaria de agradecer especialmente à **Secretaria Técnica Permanente da Mercocidades** por sua colaboração, bem como a todas as cidades que demonstraram seu compromisso com as políticas alimentares urbanas. Agradeço também à **Agência Italiana de Cooperação para o Desenvolvimento (AICS)** pelo apoio constante.

As políticas alimentares urbanas na América Latina e no Caribe não têm apenas potencial: elas já estão gerando um impacto real e valioso. Estamos comprometidos em continuar trabalhando junto com a Mercocidades para fortalecer nossas ações em comum e desenvolver novos projetos na região.



Anna Scavuzzo
Vice-prefeita de Milão, Itália, e delegada para políticas alimentares urbanas

Mercocidades e o desafio alimentar: cooperação para transformar

O relatório sobre a série “O potencial das políticas alimentares urbanas na América Latina e no Caribe” é uma iniciativa que **reflete o crescente compromisso de nossas cidades com a transformação dos sistemas alimentares urbanos, reunindo valiosas contribuições e projetos das cidades latino-americanas.**

Na Mercocidades, acreditamos firmemente que **as políticas alimentares devem ocupar um lugar central na agenda dos governos locais.** Em um mundo onde as cidades concentram cada vez mais população e consumo, garantir o acesso a alimentos saudáveis, sustentáveis e culturalmente adequados é uma responsabilidade que assumimos com convicção.

Esta série de webinários tem sido um espaço de diálogo, aprendizagem e cooperação entre cidades de toda a região. Agradeço especialmente às cidades de **Rosário, Belo Horizonte e Porto Alegre pela sua liderança na criação da Unidade Temática de Políticas Alimentares Urbanas dentro da Mercocidades,** aprovada na Cúpula de Esteban Echeverría. Esta unidade temática representa uma ferramenta fundamental para continuar avançando de forma articulada e com visão regional.

Os desafios que enfrentamos — desde o desperdício de alimentos até a desnutrição e a insegurança alimentar — **exigem respostas integrais e colaborativas. O Pacto de Milão nos oferece um quadro valioso para orientar nossas ações,** adaptando-as às realidades locais e fortalecendo nossas capacidades institucionais.

Convidamos todas as cidades da América Latina e do Caribe a se unirem a este esforço coletivo. Estou convencido de que, trabalhando juntos, podemos construir sistemas alimentares mais justos, inclusivos e sustentáveis, que contribuam para o bem-estar de nossas comunidades e para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.



Fernando Gray
Presidente da Mercocidades e prefeito de Esteban Echeverria, Argentina

INTRODUÇÃO

A aliança MUFPP-Mercocidades

Durante a Cúpula Anual da Mercocidades realizada em São Paulo **em 2023, o Pacto de Milão para Políticas Alimentares Urbanas (MUFPP) e a Mercocidades formalizaram uma aliança estratégica por meio de uma Carta de Intenções, marcando um compromisso conjunto para transformar os sistemas alimentares urbanos na América Latina.** Esta colaboração visa promover sistemas alimentares sustentáveis, inclusivos e resilientes, aproveitando os pontos fortes de ambas as redes.

A Mercocidades, que representa mais de 400 cidades sul-americanas, **é reconhecida como um parceiro fundamental para promover os princípios do MUFPP. A aliança se concentra em sensibilizar, apoiar o desenvolvimento de políticas públicas e fomentar a cooperação entre cidades, em linha com as seis categorias do Pacto de Milão.** As iniciativas conjuntas incluem ações de incidência política, troca de conhecimentos, fortalecimento de capacidades e esforços coordenados para acessar oportunidades de financiamento.

No âmbito desta Carta de Intenções, também foi lançada a série de webinários **"O potencial das políticas alimentares urbanas na América Latina e no Caribe"**, uma iniciativa conjunta que busca visibilizar experiências, fortalecer capacidades e promover o diálogo entre cidades da região comprometidas com a transformação de seus sistemas alimentares.

Um dos resultados dessa aliança foi **a criação, em 2024,** durante a Cúpula dae Mercocidades em Esteban Echeverría, **de uma Unidade Temática dedicada aos sistemas alimentares urbanos.** Essa iniciativa foi proposta pelas cidades de **Rosário, Belo Horizonte e Porto Alegre**, consolidando ainda mais o compromisso com a ação colaborativa e a liderança regional em políticas alimentares sustentáveis.

Juntos, **o MUFPP e a Mercocidades trabalham para posicionar os sistemas alimentares urbanos no centro do desenvolvimento sustentável**, contribuindo significativamente para a Agenda 2030 e para o bem-estar das comunidades em todo o continente.

A Assembleia da Mercocidades durante a cúpula de 2024, quando foi aprovada a unidade temática "Políticas alimentares urbanas".



CONTEXTO

"O potencial das políticas alimentares urbanas na América Latina e no Caribe"

Resumo da intervenção de **Jorge Meza** (FAO Brasil) no webinario introdutório

Jorge Meza, representante da FAO no Brasil, iniciou sua intervenção destacando que **a erradicação da fome deve ser o objetivo central de qualquer transformação dos sistemas alimentares. Segundo ele, a segurança alimentar e nutricional deve ser compreendida a partir de quatro pilares fundamentais:**

- a **disponibilidade** de alimentos em quantidade e qualidade suficientes;
- a **estabilidade** dessa disponibilidade ao longo do tempo; o acesso físico e econômico aos alimentos; e, por fim,
- a **nutrição adequada.**

Meza alertou que, **mesmo com alimentos disponíveis, muitas pessoas enfrentam má alimentação,** o que contribui para o aumento dos índices de sobrepeso e obesidade, superando inclusive os casos de subalimentação.

Ele ressaltou que **mais de 80% da população da América Latina e Caribe vive atualmente em áreas urbanas, onde se consome cerca de 70% dos alimentos.** Essa concentração populacional e de consumo torna as cidades protagonistas nos sistemas alimentares, exigindo políticas públicas que integrem o urbano e o rural como um contínuo funcional. Meza enfatizou que não há uma separação clara entre o campo e a cidade, e que a produção, distribuição e consumo de alimentos ocorrem em territórios interligados.

O representante da FAO também chamou atenção para o desperdício de alimentos: **um terço da produção mundial é perdido ou desperdiçado, sendo que metade disso ocorre na ponta do consumo, majoritariamente nas cidades.** Além disso, 50% do lixo urbano está relacionado à alimentação. Ele destacou que os alimentos ultraprocessados, muitas vezes mais baratos, têm ocupado espaço nas dietas urbanas, contribuindo para problemas de saúde pública.

Meza defendeu uma agenda alimentar urbana baseada em princípios de equidade, inclusão e sustentabilidade. Isso inclui combater desigualdades de gênero, raciais e geracionais no acesso à alimentação. **Ele propôs o fortalecimento da governança alimentar multiescalar,** envolvendo governos locais, estaduais e nacionais, além da sociedade civil. Também apontou **a necessidade de sistemas de informação robustos sobre a origem, qualidade e distribuição dos alimentos, e de planejamento urbano que incorpore a alimentação como eixo estratégico.**

Entre as propostas, destacou a criação de **infraestrutura verde que permita a produção de alimentos em áreas urbanas,** inclusive com tecnologias como agricultura vertical e de precisão. Defendeu ainda a **requalificação dos mercados tradicionais,** tornando-os espaços seguros e atrativos para a comercialização de alimentos saudáveis. Por fim, mencionou a importância de **políticas de circularidade,** como o uso de resíduos orgânicos para compostagem, já implementadas com sucesso em países como Peru, México e Argentina.

Meza concluiu apresentando **a iniciativa "Cidades Verdes" da FAO e a construção de uma agenda alimentar urbana global**, reforçando a importância das redes de cooperação entre cidades e da alimentação escolar como ferramenta estratégica para garantir segurança alimentar e nutricional.

ORGANIZADORES

O papel do MUFPP no desenvolvimento dos sistemas alimentares urbanos no mundo

É possível alcançar uma mudança no ambiente alimentar e nutricional urbano adotando uma abordagem integrada e holística, tanto entre os setores políticos quanto entre os diferentes níveis de governança.

O Pacto de Milão sobre Política Alimentar Urbana (MUFPP) desempenha um papel importante no apoio aos governos locais para que avancem progressivamente em direção a ambientes alimentares mais saudáveis. O MUFPP é um compromisso global de prefeitos que consideram a alimentação como um ponto de entrada para o desenvolvimento sustentável de suas cidades.

Ele representa **o primeiro e principal marco para as cidades e partes interessadas internacionais que participam ativamente na definição de políticas alimentares urbanas inovadoras.** O Pacto reúne hoje 280 cidades, representando um total de 460 milhões de habitantes em todo o mundo.

O MUFPP é o **resultado de um processo participativo entre cidades e especialistas para promover sistemas alimentares urbanos sustentáveis,** que definiu 37 ações recomendadas estruturadas em 6 categorias interligadas:

1 - Governança
2 - Dietas e Nutrição Sustentáveis
3 - igualdade social e económica
4 - Produção alimentar
5 - Abastecimento e distribuição alimentar
6 - Desperdício de alimentos

Este quadro de ação garante uma abordagem holística do sistema alimentar urbano. Em função de suas necessidades, as cidades podem identificar e adaptar um conjunto de ações recomendadas para adequá-las ao seu contexto local e às suas prioridades políticas específicas, e aplicar sua própria política alimentar.

De fato, várias das ações recomendadas pelo MUFPP se concentram em como as cidades podem **promover dietas sustentáveis e melhores padrões de consumo e nutrição** em suas comunidades **por meio de diversos serviços públicos** (refeitórios escolares, nutrição infantil, programas de assistência alimentar, etc.). **Trabalhando nessas ações, os governos locais podem garantir melhores ambientes para seus cidadãos**, maximizando os resultados em matéria de saúde, ao mesmo tempo em que melhoram o aspecto ambiental.





Acima: representação visual das categorias do Pacto de Milão.

Ao lado: representantes da MUFPP, Rosário e Porto Alegre durante a sessão "Alianças para a transformação dos sistemas alimentares urbanos" no âmbito da cúpula 2025 da Mercocidades.

A REDE MUFPP NA AMÉRICA LATINA



Trinta anos construindo soluções participativas

MERCOCIDADES

Em 2025, **a Mercocidades completará 30 anos de fundação.** Três décadas de abordagem coletiva, nas quais os governos locais da região, juntamente com os atores territoriais, compartilham suas experiências e contribuem com soluções para os múltiplos problemas enfrentados pela população.

Desde o início, a **Mercocidades defendeu e consolidou seu compromisso com o desenvolvimento de políticas públicas holísticas** por meio múltiplas acordos multilateral e multinível. **O acordo estratégico Mercocidades – Pacto de Milão** é um exemplo desse compromisso, aproximando-nos assim de um ator-chave em escala mundial na abordagem de **sistemas alimentares sustentáveis, inclusivos, resilientes, seguros e diversos.**

Os sistemas alimentares representam, ao mesmo tempo, uma das **causas e consequências da atual emergência climática e das crescentes desigualdades.** É evidente que **não pode haver justiça climática sem ações ousadas e inovadoras de nossas cidades. A soberania e a segurança alimentar fazem parte da solução** para garantir que as pessoas tenham os meios e recursos necessários para uma vida saudável, sem aumentar a desigualdade social nem comprometer a estabilidade dos ecossistemas.

As respostas da sociedade a esses desafios devem ser múltiplas e em todos os níveis, envolvendo tanto organismos internacionais quanto atores locais e nacionais, além da sociedade civil. No entanto, **embora em várias partes do planeta estejam surgindo uma conscientização e uma demanda cidadã por uma alimentação saudável e respeitosa das culturas e do meio ambiente,** as respostas são limitadas, devido à amplitude do desafio e à necessidade de uma grande concertação de atores de diferentes setores e escalas, com visões e interesses diversos.

Nesse contexto, a rede desenvolveu diferentes ferramentas para facilitar esse processo aos atores do território. Entre elas, destacamos **o Programa de Cooperação Sul-Sul da Mercocidades (PCSSM),** que oferece espaços de aprendizagem para a geração de capacidades, intercâmbio de experiências e financiamento de projetos.

Nesse quadro, o acordo de colaboração entre o Pacto de Milão e a Mercocidades abriu um novo espaço de colaboração e apoio para essa construção conjunta de soluções.



Assembleia Geral da Mercocidades conduzida pelo prefeito de Esteban Echeverría (ARG) e pelo prefeito de São Paulo (BR), na qualidade de presidente entrante e cessante.

A REDE MERCOCIDADES



OS TEMAS DOS WEBINÁRIOS



Alguns dos participantes do Webinário Introdutório



PROGRAMA

O ciclo de encontros virtuais foi concebido como uma plataforma de intercâmbio de experiências, boas práticas e aprendizagens entre cidades das redes MUFPP e Mercocidades.

Cada sessão abordou uma das seis categorias do Pacto de Milão: Governança, Dietas Sustentáveis e Nutrição, Equidade Social e Econômica, Produção de Alimentos, Abastecimento e Distribuição de Alimentos e Desperdício de Alimentos. Além disso, **foi incluído um webinário introdutório que contextualiza a importância estratégica** das políticas alimentares urbanas na região.

A série foi dirigida principalmente as autoridades e equipes técnicas, mas também foram convidados representantes de organizações sociais e instituições interessadas no tema.

Cada webinário contou com uma apresentação técnica da Secretaria do MUFPP para introduzir as ações recomendadas para cada categoria. Os webinars foram realizados no idioma nativo de cada palestrante com interpretação simultânea espanhol-português, promovendo assim uma participação ampla e diversificada. **As gravações de cada webinário podem ser assistidas nos canais do YouTube** do MUFPP e da Mercocidades.

O programa foi o seguinte:

4 DE SETEMBRO DE 2024 - WEBINÁRIO INTRODUTÓRIO
Com intervenções institucionais de **Rosário** e **Belo Horizonte**.
Com a intervenção de **Jorge Meza** (FAO Brasil)

22 DE OUTUBRO DE 2024 - “GOVERNANÇA”
Com intervenções de **Araraquara** (BRA), **Quito** (EQU) e **Rio Grande** (ARG)

17 DE DEZEMBRO DE 2024 - “DIETAS E NUTRIÇÃO SUSTENTÁVEIS”
Com intervenções de **Belo Horizonte** (BRA), **Guadalajara** (MEX), **La Paz** (BOL) e **Medellín** (COL)

11 DE FEVEREIRO DE 2025 - “EQUIDADE SOCIAL E ECONÔMICA”
Com intervenções de **Havana** (CUB), **Montevideo** (URU) e **São Paulo (**BRA)

25 DE MARÇO DE 2025 - “PRODUÇÃO DE ALIMENTOS”
Com intervenções de **Chone** (EQU), **Porto Alegre** (BRA) e **Rosário** (ARG)

27 DE MAIO DE 2025 - “ABASTECIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS”
Com intervenções de **Bogotá** (COL), **Lima** (PER) e **Portoviejo** (EQU)

25 DE JUNHO DE 2025 - “DESPERDÍCIO DE ALIMENTOS”
Com intervenções institucionais de **Fernando Gray**, presidente da Mercocidades, e **Anna Scavuzzo**, vice-prefeita de Milão.
Com intervenções de **Buenos Aires** (ARG), **Curitiba** (BRA) e **Recife** (BRA)

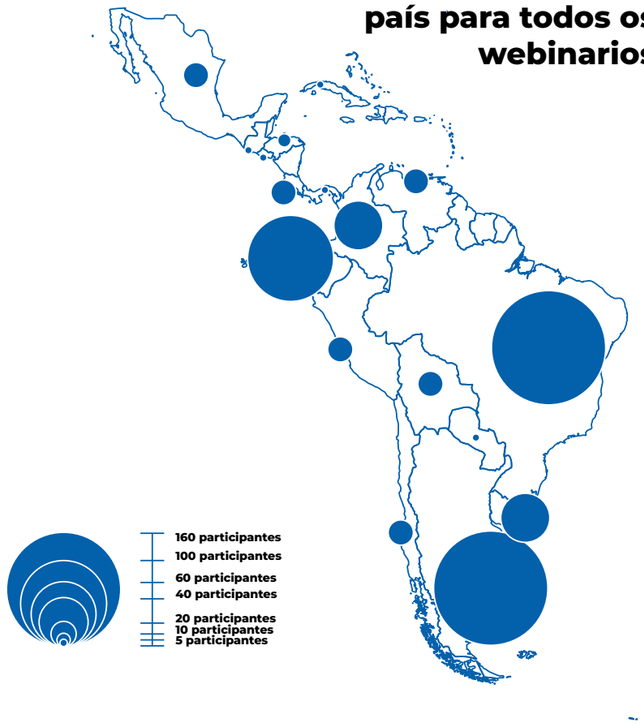
DADOS SOBRE A SÉRIE

A série de webinários "O potencial das políticas alimentares urbanas na América Latina e no Caribe" **foi a primeira tão abrangente** que o MUFPP organizou na América Latina. **A parceria com a Mercocidades não só garantiu uma audiência mais ampla,** mas também deu às cidades de ambas as redes **uma representação clara** do que pode significar o desenvolvimento de um ponto de vista sistêmico das políticas alimentares urbanas, **tanto do ponto de vista dos orçamentos e do trabalho quanto dos consequentes benefícios.**

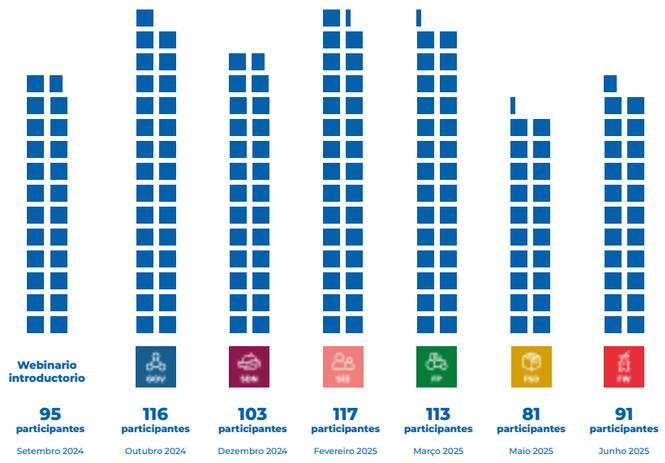
Tanto o MUFPP quanto a Mercocidades aspiram promover a **cooperação em torno da resiliência urbana.** Por isso, em cada webinário, procurou-se contar com **uma representação o mais heterogênea possível**, considerando a disponibilidade de cada cidade, **bem como sua localização geográfica e o tamanho das cidades que participaram com palestras** nesta série. No mapa da página seguinte, é possível ver a disposição geográfica das palestras em cada webinário.

Além disso, é com grande prazer que podemos divulgar dados sobre a participação de mais de **700 ouvintes de toda a América Latina** ao longo de toda a série. Os participantes foram **funcionários públicos, acadêmicos e pesquisadores, bem como membros de ONGs e da sociedade civil.** O interesse se espalhou para fora do continente, com ouvintes do Canadá, Moçambique e Espanha em alguns dos webinários.

Participações por país para todos os webinarios



Participações para cada webinario





19 apresentações de

8 países latino-americanos

- **Governança**
- **Dietas e Nutrição Sustentáveis**
- **Igualdade social e económica**
- **Produção alimentar**
- **Abastecimento alimentar e distribuição**
- **Desperdício de alimentos**

GOVERNANÇA

As ações recomendadas na categoria "Governança" são todas aquelas destinadas a garantir um ambiente propício para uma ação eficaz nas cidades, como, por exemplo: facilitar a colaboração entre órgãos e departamentos municipais, reforçar a participação das partes interessadas urbanas, identificar, mapear e apoiar iniciativas locais e de base, desenvolver ou revisar políticas e planos alimentares urbanos e desenvolver uma estratégia de redução do risco de catástrofes.

Na página à direita, podem ser lidas as ações recomendadas para a categoria.

1. Facilitar a colaboração entre departamentos e organismos das Cidades/Municípios e promover o alinhamento das políticas e de programas que tenham impacto nos sistemas alimentares em múltiplos sectores e níveis administrativos, adotando e tornando transversal a abordagem baseada nos direitos humanos; poderá ser opção alocar a tempo inteiro Funcionários(as) municipais, rever funções e processos e realocar recursos.

2. Aumentar a participação das partes interessadas ao nível municipal através de diálogo político e, se apropriado, através da nomeação de conselheiros de política alimentar e/ou desenvolvimento de uma plataforma multi-stakeholder ou um Conselho Alimentar, bem como através da educação e sensibilização da opinião pública.

3. Identificar, mapear e avaliar as iniciativas locais e os movimentos da sociedade civil relacionados com a alimentação com vista a transformar as boas-práticas em programas e políticas relevantes, com o apoio da investigação local ou de instituições académicas.

4. Desenvolver ou rever políticas e planos urbanos alimentares e assegurar a alocação apropriada de recursos à administração do Município, especificamente orientados para as políticas e programas relacionados com alimentação; rever, harmonizar e reforçar os regulamentos municipais; construir capacidades estratégicas para sistemas alimentares mais sustentáveis, saudáveis e equitativos, equilibrando os interesses urbanos e rurais.

5. Desenvolver ou melhorar os sistemas de partilha de informação multissectoriais com vista a desenvolver a política e os processos de responsabilização através do aumento da disponibilidade, da quantidade, da qualidade, da cobertura, da gestão e da troca de dados relacionados com os sistemas alimentares urbanos, incluindo a recolha formal de dados e a informação gerada pela sociedade civil e outros parceiros.

6. Desenvolver uma estratégia de redução de riscos de catástrofes de modo a aumentar a resiliência dos sistemas alimentares urbanos, especialmente nas Cidades/Municípios mais afetadas pelas alterações climáticas, por crises prolongadas e por insegurança alimentar crónica, em áreas urbanas e rurais.

Araraquara, Brasil

Araraquara sem fome

Resumo da intervenção de **Silvani Silva**, *Coordenadora de segurança alimentar*

Araraquara, desenvolveu uma estratégia abrangente de combate à fome e promoção da segurança alimentar por meio do Plano Araraquara Sem Fome. O município com 260 mil habitantes, tem uma longa trajetória em políticas públicas voltadas à segurança alimentar e nutricional.

A iniciativa articula ações intersetoriais que envolvem segurança alimentar e nutricional, agricultura local sustentável, economia solidária e uma rede de solidariedade. O combate à fome é realizado por meio de programas como **a Padaria Solidária e o Banco de Alimentos**, que com parcerias com supermercados **evitam o desperdício de 12 toneladas por mês.** Os restaurantes populares, geridos por cooperativas formadas por mulheres chefes de família, **são outro exemplo de inclusão produtiva e geração de renda.**

O município investe em programas estruturantes e de transferência de renda, como o **Bolsa Cidadania**, um cartão alimentação e o **Jovem Cidadão**, voltado à empregabilidade de jovens. Já o **"Filhos do Sol" busca a recuperação de adolescentes** que se encontram no limiar do tráfico de drogas e da prostituição. **A agricultura familiar** é fortalecida por meio das feiras dos produtores e do PMAIS, que compra hortifrutis e ovos de agricultores familiares locais para a distribuição semanal de 500 cestas de hortifrutis nos CRAS.

O Núcleo de Educação Alimentar e Nutricional-NEAN, oferece oficinas culinárias que também incentivam a geração de renda. As hortas urbanas e os quintais sustentáveis **ampliam a produção doméstica de alimentos**, com apoio hídrico e práticas de cuidado ambiental. A Moeda Verde, em fase de estudos, vai estimular a troca de recicláveis por alimentos, promovendo a sustentabilidade.

Cestas de verduras para la distribución semanal a las familias en dificultad.



Todos os programas são respaldados por leis municipais e acompanhados por conselhos participativos, **garantindo a atuação da sociedade civil. Parcerias com supermercados** evitam o desperdício de cerca de 12 toneladas de alimentos por mês. **Universidades locais** com apoio técnico e extensão universitária qualificam as atividades de educação alimentar e nutricional.

A luta contra a fome é o primeiro desafio a ser enfrentado para garantir o direito humano à alimentação, sem o qual não é possível desenvolver nenhuma atividade, seja ela, educativa ou produtiva, pois nada fere mais a dignidade humana do que a fome.

A experiência de Araraquara mostra que **o combate à fome exige integração entre poder público e sociedade civil**, com ações que promovem dignidade, inclusão e sustentabilidade.



Um workshop de culinária saudável em Araquara.



Quito, Equador

Pacto Agroalimentar de Quito

Resumo da intervenção de **Pablo Garofalo**, Responsável pelo projeto AGRUPAR da ConQuito

A cidade de Quito desenvolveu **uma experiência de destaque na construção de um sistema agroalimentar urbano sustentável, inclusivo e resiliente.** Com mais de 2,7 milhões de habitantes, dos quais 72% residem em áreas urbanas, a cidade **enfrenta múltiplas vulnerabilidades**, como erupções vulcânicas, terremotos, incêndios florestais e secas prolongadas, que afetam diretamente seu sistema alimentar. Apesar de ser a capital do país, persistem **altos índices de desnutrição** crônica infantil, atingindo até 46% em algumas áreas, e um baixo consumo de hortaliças, muito abaixo das recomendações da OMS.

O projeto Agrupar, com mais de 20 anos de trajetória, foi fundamental para **a criação do Pacto Agroalimentar de Quito (PAQ)**. Este pacto surgiu **após um diagnóstico (2015-2017) com apoio da FAO e da Fundação RUAF**, que revelou uma alta dependência alimentar: **apenas 5% dos alimentos consumidos são produzidos dentro do distrito metropolitano**.

Esses achados impulsionaram a articulação de **diversos atores** — governos, sociedade civil, academia, setor privado e cooperação internacional — para construir uma estratégia agroalimentar conjunta.

Em 2018, foi formalizada a Carta Agroalimentar de Quito, uma declaração pública baseada nos eixos do Pacto de Milão, **que estabeleceu as bases para a Estratégia Agroalimentar** da cidade.

Esta estratégia se estrutura em cinco pilares:

- **Governança** do sistema alimentar;
- Gestão de **recursos agroalimentares;**
- **Segurança e soberania** alimentar;
- **Economia** alimentar inclusiva;
- Gestão de **resíduos sólidos.**





Desde seu lançamento em 2019, é elaborado anualmente um plano de ação consensuado entre os membros do PAQ.

Em 2024, o pacto foi relançado, ampliando a participação de novos atores e fortalecendo a articulação interinstitucional. As reuniões mensais rotativas entre os membros permitem coordenar ações, compartilhar experiências e elaborar estratégias conjuntas. Além disso, foi formulado um perfil de projeto para captar financiamento externo que permita sustentar as atividades do pacto.

Entre os resultados recentes destacam-se:

- **A incorporação de associações rurais** ao sistema alimentar urbano.
- **A promoção de 25 circuitos curtos** de comercialização.
- **Oficinas de preparação de alimentos saudáveis** e campanhas de saúde em pontos de alimentação.
- **Ações para reduzir perdas alimentares** através do Banco de Alimentos.
- **Participação ativa em mesas de trabalho para a elaboração de normas** sobre bairros alimentares, redução de desperdícios e comércio justo.

Quito reafirma assim seu compromisso com a transformação do seu sistema alimentar, **destacando o papel fundamental da governança colaborativa e o planejamento estratégico a longo prazo.**

Acima: uma das oficinas para encontrar diretrizes comuns para a política alimentar de Quito.

Río Grande, Argentina

Soberania Alimentar em contexto insular

Resumo da intervenção de **Facundo Armas**, Subsecretário de Desenvolvimento Produtivo

A cidade de Rio Grande, localizada em um contexto insular extremo ao norte da Ilha Grande da Terra do Fogo, **enfrenta uma forte dependência da importação de alimentos frescos do continente argentino.** Essa situação gera **altos custos logísticos, uma grande pegada de carbono** e desafios aduaneiros.

Fundada há mais de um século como colônia agrícola e pecuária, **Rio Grande transformou seu perfil param uma cidade industrial graças à Lei de Promoção Industrial. Essa mudança, junto com um crescimento demográfico acelerado** — de 65.000 habitantes em 2010 para 135.000 em 2024 —, **gerou pressão sobre as terras rurais e uma crescente demanda por alimentos.**

Diante desse cenário, o município implementou uma estratégia alimentar urbana baseada em políticas públicas locais, com o objetivo de avançar para o autoabastecimento. Essa estratégia se estrutura em quatro programas principais:

- **Agroprodutiva: oferece assistência técnica e financeira a mais de 250 unidades produtivas,** com um viveiro municipal que produz mais de 2 milhões de mudas por ano, encurtando os ciclos produtivos e abastecendo feiras locais.

- **Avícola: fortalece a produção de ovos frescos por meio de apoio técnico a quase 100 produtores**, e a criação de duas cooperativas que hoje abastecem a cidade.

- **RGA Carne Suína Local: impulsiona a produção de suínos com infraestrutura adaptada ao clima subantártico,** alcançando uma produção planejada e sustentada durante todo o ano.

- **Pesca artesanal: promove o acesso a produtos marinhos** frescos e seguros por meio do trabalho com cooperativas locais.

Uma peixaria da RGA.



Graças à articulação público-privada com atores como a Escola Agrotécnica Salesiana, a empresa Mirgor e a Universidade Tecnológica Nacional, **a produção local aumentou de 3% para 10%** do consumo total em cinco anos. **Além disso, foi criada a empresa estatal RGA Ativa e a marca RGA Alimentos,** que permitiram recuperar infraestrutura avícola em desuso e lançar a primeira produção local de frangos frescos na Patagônia Austral.

Atualmente, estão sendo desenvolvidos novos projetos, como um mercado de produtores locais, uma planta de ração animal, um novo viveiro e um frigorífico multiespécies. A experiência de Rio Grande demonstra que, mesmo em contextos extremos, **é possível avançar para a soberania alimentar por meio de políticas públicas integrais e alianças estratégicas.**



Acima: galinhas em gaiolas da Rio Grande Alimentos
Abaixo: viveiros montados pela prefeitura.



DIETAS E NUTRIÇÃO SUSTENTÁVEIS

AS CIDADES QUE DESEJAM PROMOVER DIETAS SUSTENTÁVEIS, UM MELHOR CONSUMO E UMA MELHOR NUTRIÇÃO podem inspirar-se nas ações recomendadas que se enquadram nesta categoria do MUFPP, por exemplo: abordar as doenças não transmissíveis associadas a dietas deficientes, elaborar diretrizes alimentares sustentáveis para o ambiente urbano, explorar ferramentas normativas e voluntárias para promover dietas sustentáveis nas cidades e instalações públicas e comprometer-se a alcançar o acesso universal à água potável nas zonas urbanas e periurbanas.

Na página à direita, podem ler-se as ações recomendadas para a categoria.

7. PROMOVER DIETAS SUSTENTÁVEIS (saudáveis, seguras, culturalmente apropriadas, amigas do ambiente e baseadas nos direitos humanos) através de educação relevante, programas de promoção e comunicação da saúde, com especial atenção às escolas, instituições de apoio social, mercados e os media.

8. LIDAR COM DOENÇAS NÃO TRANSMISSÍVEIS ASSOCIADAS A DIETAS INADEQUADAS E À OBESIDADE, dando especial atenção à redução, quando apropriada, do consumo de açúcares, sal, gorduras trans, de carne e ao aumento de consumo diário de frutas, legumes e comidas não processadas.

9. DESENVOLVER DIRETIVAS DE DIETA SUSTENTÁVEL para informar os consumidores, os agentes de planificação urbana (em particular os que lidam com as compras públicas alimentares), fornecedores de serviços alimentares, retalhistas, produtores e transformadores e promover campanhas de formação e comunicação.

10. ADAPTAR OS REFERENCIAIS (STANDARDS) E REGRAS DE MODO A TORNAR ACESSÍVEIS AS DIETAS SUSTENTÁVEIS E O CONSUMO DE ÁGUA POTÁVE nos serviços do sector público como hospitais, centros de saúde, creches, locais de trabalho, universidades, escolas, serviços públicos de catering e restauração, serviços municipais, prisões e, na medida do possível, no sector privado grossista e retalhista alimentar e mercados.

11. EXPLORAR OS INSTRUMENTOS REGULATÓRIOS E VOLUNTÁRIOS com vista a promover dietas sustentáveis envolvendo empresas públicas e privadas quando apropriado, usando políticas de marketing, de publicidade e de rotulagem; explorar incentivos e desincentivos económicos; adaptar as regras relacionadas com o marketing alimentar e de bebidas não alcoólicas dirigido a crianças às recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS).

12. ENCORAJAR A AÇÃO COMUM ENTRE OS SECTORES DA SAÚDE E AGROALIMENTAR de modo a implementar estratégias integradas centradas nas pessoas, com vista à promoção de estilos de vida saudáveis e inclusão social.

13. INVESTIR E COMPROMETER-SE EM ATINGIR O ACESSO UNIVERSAL À ÁGUA E SANEAMENTO ADEQUADO com participação da sociedade civil e várias parcerias, quando apropriado.

Belo Horizonte, Brasil

Férias sem Fome

Resumo da intervenção de **Beatriz Leandro de Carvalho**, Coordenadora de Ações Emergenciais

A Prefeitura de Belo Horizonte criou o programa **“Cesta nas Férias” para garantir a segurança alimentar de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade** durante as férias escolares. A iniciativa integra o Plano Municipal de Enfrentamento à Fome (2023) e **busca suprir a ausência das refeições escolares oferecidas nos 200 dias letivos, que atendem cerca de 200 mil estudantes** em mais de 500 escolas da rede municipal.

Durante as férias de julho (15 dias) e dezembro/janeiro (cerca de 45 dias), **foi identificado um risco elevado de insegurança alimentar entre estudantes de famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza.** Para mitigar esse risco, o programa **distribui cestas básicas com 14 itens alimentares**, ajustadas conforme o número de estudantes por família e a duração do recesso.

Os critérios para acesso incluem:

- Residência em Belo Horizonte;
- Matrícula na rede municipal;
- Cadastro no CadÚnico, com renda per capita de até R$ 218.

A ação enfrenta desafios como o grande número de beneficiários (cerca de 40 mil famílias), **a dispersão geográfica e a integração de dados de diferentes sistemas.** A experiência adquirida durante a pandemia de COVID-19, quando foram distribuídas cerca de 300 mil cestas por mês, foi essencial para a viabilidade do programa.

A implementação envolve uma articulação intersetorial com cinco órgãos municipais:

- Secretaria de Segurança Alimentar (gestão e monitoramento);
- Secretaria de Educação (dados de matrícula);
- Subsecretaria de Assistência Social (dados do CadÚnico);
- Empresa de informática da prefeitura (sistema digital);
- Secretaria de Modernização (gestão de dados).



Na página esquerda: uma cesta distribuída durante as férias escolares a crianças carentes de Belo Horizonte.

Nesta página: uma mãe e seu filho abrindo a cesta distribuída pela Prefeitura de Belo Horizonte.



Foram adotadas ferramentas digitais para cruzamento de dados, georreferenciamento e geração de vouchers eletrônicos. As famílias acessam uma plataforma online, inserem nome e CPF e, se elegíveis, recebem um código com informações sobre local, data e horário de retirada da cesta.

A distribuição é feita de forma descentralizada, por meio de uma rede de mais de 60 supermercados contratados. A comunicação intensa com a população é essencial para garantir o acesso à informação.

Na etapa de dezembro de 2023, cerca de 35 mil famílias foram atendidas. A terceira etapa, em execução no final de 2024, prevê o atendimento de 40 mil famílias em 61 lojas, com melhorias contínuas no sistema e na comunicação.

A experiência de Belo Horizonte mostra como **políticas públicas bem estruturadas, com uso inteligente da tecnologia e articulação entre setores, podem garantir direitos sociais fundamentais,** mesmo em períodos críticos como as férias escolares.

Guadalajara, México

Dieta Planetária para o Bem Comum

Resumo da intervenção de **Mariana Soto**, Chefe do Departamento de Nutrição;

Enedelia Santana, Chefe de Refeitórios Comunitários, DIF

O Sistema DIF Guadalajara desenvolveu uma estratégia integral de alimentação sustentável baseada na dieta de saúde planetária, orientada para melhorar a nutrição das populações vulneráveis e promover práticas responsáveis com o meio ambiente. Esta estratégia é implementada **através de três eixos: centros de atendimento infantil, refeitórios comunitários e programas alimentares para grupos prioritários.**

Nos centros de atendimento infantil, que funcionam das 7h às 17h, são atendidas 808 crianças entre 6 meses e 5 anos e 11 meses. **São oferecidas quatro refeições diárias, totalizando mais de 548.000 porções anuais.** Um desses centros, inaugurado em 2021, se destaca por ser um edifício projetado sob critérios para obter a certificação de zero emissões de carbono, construído com materiais reciclados, equipado com painéis solares, medidas para o uso eficiente da água, compostagem e práticas de consumo responsável. Esse modelo promove o contato com a natureza e hábitos saudáveis desde a infância.

Os refeitórios comunitários, onze no total, atendem 677 pessoas, principalmente idosos, mulheres chefes de família com filhos, pessoas com deficiência e adolescentes. Localizados em áreas de alta vulnerabilidade, eles **oferecem 62.500 refeições por ano (café da manhã e almoço)**, também baseadas na dieta planetária. Além da alimentação, são realizadas atividades para fortalecer o tecido social.

Um dos principais desafios tem sido a resistência cultural à mudança de hábitos alimentares, especialmente a redução do consumo de carne e açúcares. **Para superá-lo, foram realizados treinamentos em parceria com a organização Igualdade Animal**, promovendo o uso de leguminosas como feijão, lentilha e fava como fontes de proteína. **Também se trabalhou com mães e pais** para desmistificar a ideia de que uma dieta sem carne ou açúcar é sinônimo de escassez.

O sistema também opera três programas alimentares alinhados aos níveis nacional, estadual e municipal:

- Primeiros mil dias de vida
- Alimentação escolar
- Atenção alimentar a grupos prioritários (pessoas com deficiência, idosos, pessoas em situação de carência alimentar)

Esses programas beneficiam mais de 8.700 pessoas, distribuídas em:

- 6.265 na alimentação escolar
- 2.321 em grupos prioritários
- 229 nos primeiros mil dias

Anualmente, são entregues mais de 1.220.000 refeições, seja na forma de cestas básicas ou refeições diárias. As cestas básicas incluem alimentos básicos e promove-se a criação de hortas escolares e domésticas, juntamente com oficinas educativas sobre nutrição, sustentabilidade e produção de alimentos em casa.



Na página esquerda: a sala de jantar renovada com mensagens sobre dietas sustentáveis.

Nesta página: crianças com seus pais durante uma oficina de educação alimentar.





La Paz, Bolívia

Novo Modelo de Alimentação Escolar Complementar

Resumo da intervenção de **Jacques Alcoba Barba,** Secretário Municipal de Educação e Desenvolvimento Social

A cidade de La Paz, na Bolívia, implementou em 2024 um novo modelo de alimentação complementar escolar baseado na diversificação, diferenciação e inclusão nutricional, beneficiando **130.000 estudantes de 368 unidades educativas** do sistema público e conveniado, incluindo centros de educação especial.

Este modelo substitui a antiga refeição única — que não distinguia idade nem condição — por **43 refeições nutricionais diferenciadas de acordo com o nível educacional** (inicial, primário, secundário) e necessidades específicas, como as de alunos com deficiência. **As refeições incluem produtos sólidos e líquidos, elaborados com ingredientes amazônicos e andinos**, como açaí, castanha, cañahua, amaranto e quinoa.

A iniciativa se enquadra na Lei 622 (2014), que regula a alimentação escolar na Bolívia, e **aproveita a autonomia municipal para elaborar cardápios adaptados ao contexto territorial.** O projeto das refeições foi liderado por uma equipe técnica do município, com o apoio de nutricionistas e evidências científicas provenientes de estudos realizados em conjunto com a Universidade Mayor de San Andrés.



Apresentação do programa de educação escolar sobre alimentação saudável nas escolas de La Paz.



Os estudos revelaram indicadores de saúde preocupantes: 3 em cada 10 alunos apresentam risco cardiometabólico, e foram identificados casos de baixa estatura e obesidade. **Essas descobertas motivaram a criação de refeições com baixo teor de gorduras e açúcares, ricas em fibras, antioxidantes, vitaminas e minerais** (como zinco, ferro, cálcio, vitamina D3 e ácido fólico), **com o objetivo de melhorar o desenvolvimento cognitivo e prevenir doenças.**

Além disso, **foram realizados processos participativos com pais e conselhos escolares, incluindo degustações prévias.** Também foram elaboradas refeições específicas para alunos com deficiência, como néctar de maçã com quinoa e leite semidesnatado.

O programa promove o desenvolvimento econômico local, articulando produtores amazônicos e andinos com empresas fornecedoras. Em 2024, foram distribuídas 48 milhões de refeições, com um investimento de 14,3 milhões de dólares, superior aos 11 milhões do período anterior.

Por fim, **foi incorporado um componente de educação ambiental**, com ações de reciclagem, classificação de resíduos e atividades sobre biodiversidade, água e ar, promovendo hábitos sustentáveis nas escolas.

A experiência de La Paz representa **um modelo inovador e replicável de política pública alimentar**, centrado na equidade, saúde e sustentabilidade.

Acima: uma feira de educação saudável com crianças das escolas públicas de La Paz.

Medellín, Colômbia

Programa de Alimentação Escolar de Medellín

Resumo da intervenção de **Cesar Augusto Trujillo Morales**, Líder de projetos, Secretário de Família

A cidade de Medellín, em Antióquia, Colômbia, consolidou **uma experiência notável em nutrição escolar e sustentabilidade por meio do seu Programa de Alimentação Escolar (PAE).** Com uma população de 2,6 milhões de habitantes, o programa busca melhorar a nutrição de crianças e adolescentes, reduzir a evasão escolar e promover hábitos alimentares saudáveis.

Em 2024, o PAE atende 232.251 estudantes, atingindo a meta proposta. É um dos investimentos sociais mais importantes do governo local, com um orçamento anual de cerca de **300 bilhões de pesos colombianos. Desde seu início em 2010, ele evoluiu para oferecer refeições que cobrem entre 20% e 30% das necessidades nutricionais diárias,** incluindo proteínas, cereais, frutas, vegetais e bebidas, distribuindo 12.100 toneladas de alimentos em 2024.

O serviço é oferecido em duas modalidades:

- **Preparação no local,** em instituições educacionais com cozinha equipada.

- **Refeição industrializada,** com alimentos preparados externamente e transportados para as escolas.

O cardápio é ajustado de acordo com a idade dos alunos e revisado anualmente. Entre suas inovações está a inclusão do iogurte grego com baixo teor de açúcar e alto teor de proteína, escolhido por seu aporte proteico e por conter probióticos e prebióticos que favorecem a saúde intestinal e a absorção de nutrientes. **Além disso, o PAE é regido por normas nacionais e internacionais, mantendo baixos os níveis de nutrientes críticos como sódio, açúcares e gorduras saturadas.** Também foram incorporados ácidos graxos ômega 3 em produtos de panificação para melhorar o perfil nutricional.

Comprometidos com a sustentabilidade, promovemos a compra local sustentável, garantindo que pelo menos **30% dos alimentos fornecidos no programa provenham de pequenos e médios produtores locais.**

A gestão ambiental é um pilar fundamental. Mais de 1.022.800 litros de água foram reutilizados para limpeza e mais de 1.950 kg de óleo de cozinha usado foram coletados para a produção de energia. **Além disso, o desperdício de alimentos é controlado,** e em 2024, trabalhando em conjunto com gastrônomos para reduzi-lo, representou uma média de 5,55% dos alimentos sólidos., .

No âmbito educacional, **com visitas periódicas de profissionais de nutrição e dietética, promove-se a segurança alimentar através do estímulo a hábitos de vida saudáveis** e ado fortalecimento da participação ativa da comunidade educacional das 437 instituições de ensino atendidas pelo Programa de Alimentação Escolar. **Durante o ano de 2024, foram realizados mais de 7 mil encontros educacionais, beneficiando cerca de 47 mil alunos**, professores, pais e responsáveis pelas cantinas escolares.

As atividades desenvolvidas no ambiente educacional abordam temas que contribuem para **o desenvolvimento de capacidades que permitem a adoção voluntária de comportamentos e a tomada de decisões conscientes para a geração de hábitos alimentares saudáveis** ao longo da vida. Entre os temas abordados, destaca-se a importância de aumentar o consumo de frutas e vegetais, reduzir o consumo de alimentos com alto teor de açúcar, gorduras saturadas, gorduras trans, sódio ou adoçantes, e prevenir a perda e o desperdício de alimentos, promovendo a troca de conhecimentos e gerando aprendizados significativos e sustentáveis que contribuam para o bem-estar individual e comunitário no Distrito Especial de Medellín.

Todos os anos, são inquiridos mais de 4.000 alunos, com resultados positivos entre 83% e 86% a expressarem satisfação com o serviço.

Esta estratégia integral procura não só alimentar, mas também educar e transformar a relação dos alunos com a alimentação, gerando impactos positivos na sua saúde e na sua permanência na escola.



Uma criança de Medellín mostrando as refeições com alimentos frescos garantidas pelo Programa de Alimentação Escolar.



IGUALDADE SOCIAL E ECONÓMICA

OS LÍDERES DAS CIDADES QUE DESEJAM COMBATER AS DESIGUALDADES E A POBREZA RELACIONADAS AOS SISTEMAS ALIMENTARES podem empreender várias ações recomendadas nesta categoria do MUFPP, tais como: utilizar formas de sistemas de proteção social, como transferências de renda e alimentos, bancos de alimentos, cozinhas comunitárias, despensas de alimentos de emergência, etc. facilitar o acesso a alimentos saudáveis para todos os cidadãos, incentivar e apoiar atividades sociais e solidárias, promover redes de base e atividades de apoio, promover a educação participativa, a formação e a pesquisa.

Na página à direita, você pode ler as ações recomendadas para a categoria.

14. USAR TRANSFERÊNCIAS DE FUNDOS, DE ALIMENTAÇÃO e outras formas e sistemas de proteção social (bancos alimentares, cantinas sociais, cozinhas comunitárias, etc.) de modo a permitir acesso a comida saudável às populações vulneráveis, tendo em conta as crenças específicas, cultura, tradições, hábitos de dieta, preferências das diferentes comunidades, como condições para uma vida digna, evitando marginalização adicional.

15. REORIENTAR OS PROGRAMAS ALIMENTARES ESCOLARES e outros serviços institucionais relacionados com a alimentação de modo a fornecer alimentação saudável, de origem local e regional, sazonal e produzida de modo sustentável.

16. PROMOVER EMPREGO DECENTE PARA TODOS, incluindo relações económicas justas, salários justos e condições laborais melhoradas no sector agrícola e alimentar, com a plena inclusão das mulheres.

17. ENCORAJAR E APOIAR ATIVIDADES DE ECONOMIA SOCIAL E SOLIDÁRIA prestando particular atenção às atividades relacionadas com a alimentação que podem constituir fonte de rendimento sustentável para as populações marginalizadas, a diferentes níveis na cadeia de valor agroalimentar e que facilitem o acesso a alimentação saudável e segura nas áreas rurais e urbanas.

18. PROMOVER REDES E APOIAR ATIVIDADES DAS COMUNIDADES DE BASE, e (tal como hortas e jardins comunitários, restauração coletiva pública, cantinas sociais, etc.) que promovam a inclusão social e forneçam alimentação aos indivíduos marginalizados.

19. PROMOVER EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO E INVESTIGAÇÃO PARTIPIPATIVA como elementos chave no reforço da ação local para aumento da igualdade económica e social, a promoção da abordagem baseada nos direitos humanos, a luta contra a pobreza e o acesso a alimentação adequada e nutricional.

La Habana, Cuba

Os sistemas alimentares locais de Havana

Resumo da intervenção de **Elexis Legrá Calderín,** Delegado da Agricultura

A cidade de Havana, capital de Cuba, desenvolveu **uma estratégia integral para fortalecer seus sistemas alimentares locais, com o objetivo de melhorar a equidade social e econômica e avançar em direção à soberania alimentar.** Com uma população de mais de 2 milhões de habitantes, a cidade conta com uma área agrícola de 27.000 hectares, complementada por áreas florestais, pecuárias de pecuária e de produção diversificada.

A estratégia baseia-se no histórico "Cordão de Havana", concebido em 1967, que promove a produção agrícola na periferia urbana. Esse cordão inclui culturas de hortaliças, frutas, pecuária bovina e caprina, bem como práticas agroecológicas em sete municípios da área metropolitana da cidade. **Atualmente, participam mais de 7.000 produtores, 109 cooperativas e quatro empresas agrícolas estatais,** e em 5 dos municípios são desenvolvidos projetos de cooperação da Agência Italiana para a Cooperação ao Desenvolvimento, como Hab. Ama e Agrobúfalo, em estreita colaboração com o Ministério da Agricultura de Cuba (MINAG). O primeiro dedicado ao fortalecimento das capacidades locais para a autossuficiência alimentar com base na produção de alimentos saudáveis e diversificados e o segundo comprometido com a cadeia de valor dos laticínios, principalmente derivados do leite de búfala.

A produção local cobre aproximadamente 20% da demanda alimentar da cidade. Destacam-se as culturas de hortaliças, frutas, tubérculos, grãos, bem como a produção de leite, carne bovina, suína e de gado de pequeno porte. Também é incentivada a aquicultura, com um potencial de até 200 toneladas de peixe por ano.



A região metropolitana de Havana conta com uma rede de feiras agrícolas semanais em seus 15 municípios, que garantem o acesso a produtos frescos. Além disso, abastecem instituições sociais como hospitais, escolas, creches e lares de idosos.

Um componente fundamental é a agricultura urbana e suburbana, presente nos 15 municípios e em mais de 120.000 quintais e parcelas familiares. Essa rede inclui 174 estruturas produtivas e está articulada com 18 institutos científicos e universidades, que contribuem com inovação, tecnologia e formação contínua para os produtores locais.

A abordagem de gestão baseia-se na ciência, na inovação e no desenvolvimento local, com ênfase na capacitação, no uso de tecnologias sustentáveis e na articulação entre atores públicos, acadêmicos e comunitários. **Também é promovida a indústria agroalimentar, com 36 instalações que processam produtos locais e geram valor agregado.**

A experiência de Havana demonstra como um planejamento territorial integrado, apoiado na participação comunitária, na cooperação internacional e na ciência, pode fortalecer a resiliência alimentar urbana e contribuir para o bem-estar da população.

Graças à facilitação da AICS Havana, a cidade de Havana aderiu ao Pacto de Milão para Políticas Alimentares Urbanas (MUFPP), uma rede que hoje reúne 280 cidades de todo o mundo. Em 2022, a AICS e a Prefeitura de Milão assinaram um acordo de colaboração com o objetivo de fortalecer essa iniciativa.





Na página esquerda: um pastor com seu cão.
Nesta página: um homem colhendo pimentões e alguns agricultores manuseando abobrinhas.



Montevideo, Uruguai

Plano ABC Apoio Alimentar

Resumo da intervenção de **María Eugenia Oholeguy,** Departamento de Desenvolvimento Social

A Intendência de Montevidéu, através do seu Departamento de Desenvolvimento Social, implementou **o Plano ABC de Apoio Alimentar como resposta à emergência alimentar gerada pela pandemia de COVID-19.** Essa estratégia, iniciada em 2020, buscou transcender a assistência imediata e fortalecer o tecido social mediante a participação comunitária.

O plano foi estruturado em três componentes principais:

1. Apoio a cozinhas comunitárias e lanchonetes populares: Foi oferecido apoio a cerca de 600 iniciativas comunitárias, organizadas por moradores locais, que preparavam e distribuíam alimentos para pessoas em situação de insegurança alimentar. No pico da demanda, foram apoiadas simultaneamente 325 iniciativas, e atualmente se mantêm cerca de 250. Eram entregues semanalmente aproximadamente 100.000 porções em cozinhas e 36.000 em lanchonetes, incluindo alimentos secos, frutas, verduras, artigos de higiene e combustível.

2. Recuperação de frutas e hortaliças: Foram resgatadas cerca de 2.000 toneladas de alimentos aptos para consumo, mas descartados por sua aparência, tanto na Unidade Agroalimentar de Montevideo (UAM) quanto em chácaras, em convênio com a organização Red Alco. Os resíduos não aproveitáveis foram transformados em composto, utilizado por produtores e projetos comunitários.

3. Fondo por Más: Foi criado um fundo para financiar projetos comunitários surgidos das próprias redes de cozinhas e lanchonetes. Essa ferramenta permitiu apoiar **100 projetos entre 2022 e 2024,** dos quais três cooperativas já estão em funcionamento e sete em processo de formalização, principalmente no setor gastronômico. Os recursos foram destinados a capacitações, compra de insumos e equipamentos, com participação de sindicatos e organizações sociais.



Além disso, foram implementadas ações complementares como:

- **Transferências monetárias** para crianças e gestantes em risco nutricional.
- **Oficinas de culinária saudável** através do programa Cocina Uruguai (ativo desde 2008).
- **Capacitação em manipulação de alimentos** para pessoas vinculadas às iniciativas comunitárias.

A estratégia foi baseada em uma perspectiva de direitos, reconhecendo o direito à alimentação e o valor do movimento social e comunitário como ator chave na resposta à crise. A experiência de Montevideo demonstra como **uma política pública pode articular assistência, participação cidadã e desenvolvimento local para enfrentar a insegurança alimentar de forma sustentável.**



Na página esquerda: resgate de batatas para redistribuição aos mais vulneráveis.
Nesta página: abastecimento de alimentos para cozinhas comunitárias.



São Paulo, Brasil

Direito à Alimentação

Resumo da intervenção de **Pamela Di Christine Franco de Oliveira**, Consultor

A cidade de São Paulo, **por meio da Secretaria Executiva de Segurança Alimentar e Nutricional e de Abastecimento (SESANA), vinculada à Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, desenvolveu uma ampla rede de programas para garantir o acesso a alimentos saudáveis,** combater o desperdício e promover a inclusão social e econômica.

A estrutura da SESANA se divide em duas áreas: a Coordenadoria de Segurança Alimentar e Nutricional e o Departamento de Abastecimento. A partir delas, são implementadas ações transversais que incluem educação alimentar, visitas técnicas, monitoramento e formação profissional.

Entre os programas de destaque está o Banco de Alimentos, que recupera produtos doados por supermercados e mercados municipais, os classifica e distribui para organizações sociais e para **o Armazém Solidário — um mercado onde são vendidos produtos saudáveis com 100% de subsídio municipal,** sem alimentos ultraprocessados. O acesso é restrito a pessoas cadastradas no CadÚnico, c**om preços pelo menos 30% mais baixos que os do mercado convencional.**

O programa **Cidade Solidária, criado durante a pandemia, distribui atualmente cerca de 5.500 cestas básicas mensais para pessoas em situação de vulnerabilidade. Já o Rede Cozinha Cidadã** compra e distribui marmitas para pessoas em situação de rua e comunidades vulneráveis.

O Rede Cozinha Escola, iniciado em 2023, **mantém 65 cozinhas comunitárias geridas por organizações sociais,** financiadas e supervisionadas pela prefeitura. As refeições são completas e balanceadas, servidas de segunda a sábado. O programa promove formação profissional, emprego local e consumo consciente, incluindo a campanha "Dia + Sustentável", que visa a inclusão, em pelo menos um dia da semana, de preparações à base de vegetais como prato principal. O **Bom Prato Paulistano**, em parceria com o governo estadual, **opera com cinco unidades de restaurantes populares com preços subsidiados.**

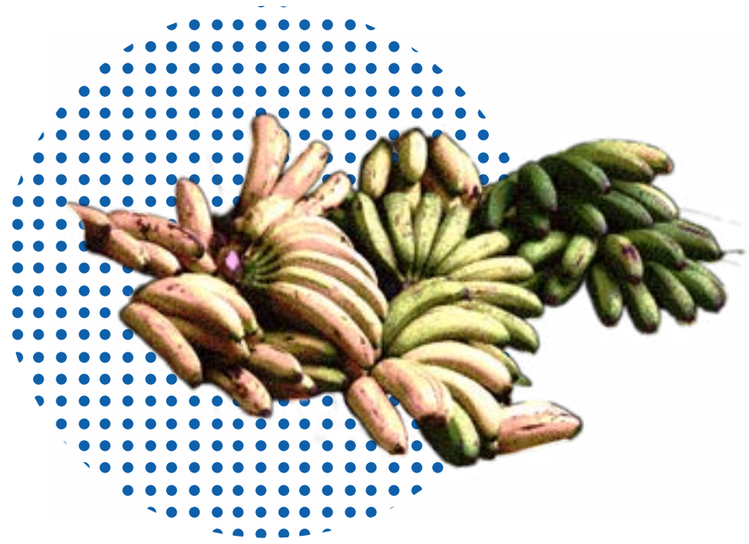
São Paulo também conta com mais de **900 feiras livres espalhadas pela cidade, garantindo o acesso a alimentos frescos e in natura.** Até julho de 2025, os programas de refeições prontas (Rede Cozinha Cidadã, Rede Cozinha Escola e Bom Prato Paulistano) serviram mais de **7,6 milhão de refeições.**

A experiência de São Paulo mostra como uma **política alimentar integrada, baseada no direito à alimentação, pode articular assistência, abastecimento, educação e desenvolvimento local para enfrentar a insegurança alimentar de forma sustentável e com impacto territorial.**





Em ambas as páginas: prateleiras de frutas e legumes no Armazém Solidário, onde pessoas em situação de dificuldade podem comprar alimentos saudáveis a um preço mais baixo.



PRODUÇÃO ALIMENTAR

AS AÇÕES RECOMENDADAS QUE SE ENQUADRAM NESTA CATEGORIA SÃO TODAS AQUELAS QUE TÊM COMO OBJETIVO REFORÇAR A PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL DE ALIMENTOS, enfatizando a importância das ligações entre as zonas rurais e urbanas, tais como: promover e reforçar a produção sustentável de alimentos nas zonas urbanas e periurbanas, aplicar uma abordagem ecossistêmica para orientar o planejamento e a gestão holística e integrada do uso da terra, permitir o acesso seguro à terra para a produção sustentável de alimentos, prestar serviços aos produtores de alimentos das cidades e seus arredores, apoiar as cadeias curtas de abastecimento alimentar e melhorar a gestão dos resíduos e da água e sua reutilização na agricultura.

Na página à direita, podem ser lidas as ações recomendadas para a categoria.

20. PROMOVER E REFORÇAR A PRODUÇÃO ALIMENTAR URBANA E PERIURBANA, o processamento baseado em abordagens sustentáveis, e integrar a agricultura urbana e periurbana nos planos de resiliência da Cidade/Município.

21. PROCURAR A COERÊNCIA ENTRE A PRODUÇÃO, PROCESSAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS, DA CIDADE E DO MEIO RURAL DOS TERRITÓRIOS ADJACENTES, dando prioridade aos pequenos produtores da agricultura familiar, prestando particular atenção ao empoderamento das mulheres e jovens.

22. APLICAR UMA ABORDAGEM BASEADA NOS ECOSSISTEMAS DE MODO A ORIENTAR O USO, O ORDENAMENTO E A GESTÃO INTEGRADA E HOLÍSTICA DOS SOLOS, em colaboração com as autoridades urbanas e rurais e outros gestores de recursos naturais, combinando as várias características das paisagens, por exemplo com estratégias de minimização de riscos de modo a aumentar as oportunidades de produção agroecológica, conservação da biodiversidade e terrenos agrícolas, adaptação às alterações climáticas, turismo, laser e outros serviços dos ecossistemas.

23. PROTEGER E PERMITIR O ACESSO E POSSE SEGURA DA TERRA para produção sustentável de produtos alimentares nas áreas urbanas e periurbanas, incluindo terra para hortelãos e jardineiros comunitários, pequenos produtores, por exemplo através de bancos de terra ou cooperativas de terra; ceder acesso a terras municipais para a produção agrícola local e promover a integração dos planos e programas sobre o uso dos solos com os planos e programas de ordenamento urbano/municipal.

24. AJUDAR A QUE SEJAM PRESTADOS SERVIÇOS AOS PRODUTORES ALIMENTARES NA CIDADE E TERRITÓRIOS ADJACENTES, incluindo formação técnica e assistência financeira (crédito, tecnologia, segurança alimentar, acesso ao mercado, etc.) de modo a construir um sistema alimentar multigeracional e viável do ponto de vista económico, com insumos como compostos feitos a partir do desperdício de alimentos, aproveitamento das águas cinzentas, produção de energia que reutilize o desperdício de alimentos, etc. garantindo que estas não compitam com o necessário para o consumo humano.

25. APOIAR OS CIRCUITOS CURTOS AGROALIMENTARES, organizações de produtores, redes e plataformas que aproximem o produtor do consumidor e outros sistemas de mercado que integrem as infraestruturas económicas e sociais do sistema alimentar urbano, estabelecendo a ligação entre as áreas rurais e urbanas. Isto pode incluir iniciativas de economia social e solidária, levadas a cabo pela sociedade civil e outros sistemas alternativos de mercado.

26. MELHORAR A GESTÃO DA ÁGUA (RESIDUAL) E SUA REUTILIZAÇÃO na agricultura e produção alimentaratravés de políticas e programas que usem abordagens participativas

Chone, Equador

Chone Sustentável

Resumo da intervenção de **Fernando Mendoza**, Diretor de Desenvolvimento Econômico





Chone Sustentável é uma estratégia integral do cantão de Chone (Equador) que articula políticas de segurança alimentar, produção sustentável, resiliência climática e valorização cultural, com forte participação comunitária e enfoque territorial.

Um dos pilares da estratégia é o reflorestamento produtivo com cacau, que permitiu restaurar 800 hectares de fazendas de cacau e reflorestar 1.120 hectares, gerando 900 empregos desde 2022. Foram entregues mais de 2 milhões de plantas, promovendo um modelo agroflorestal que combina cacau com espécies frutíferas e madeireiras, o que contribui para a mitigação das mudanças climáticas, a recuperação de solos degradados e a diversificação da renda rural. Essa ação responde à necessidade de transformar mais de 200.000 hectares de pastagens pecuárias em sistemas produtivos sustentáveis.

Complementarmente, promove-se a pecuária regenerativa, com 10 fazendas piloto e a formação de produtores em práticas que integram árvores em sistemas de pastagem. Foi criada a Associação Planeta Verde, com 2.000 hectares sob manejo agroecológico, e são promovidas medidas de adaptação baseadas em ecossistemas.

Outro eixo estratégico é o uso sustentável do bambu promovido como recurso econômico, ambiental e cultural. Conseguiu-se desenvolver escolas de campo em 52 propriedades rurais, três ciclos práticos de bioconstruções e uma Escola-Oficina de Construções Sustentáveis com Bambu (ETCSB), com a participação de **119 pessoas** (34% mulheres e 66% homens), que diversificaram seus meios de subsistência com esse recurso local. O município aprovou uma lei para promover seu uso responsável, integrando-o às políticas de adaptação climática e desenvolvimento econômico local.

A estratégia é complementada pelo programa Cozinha Ancestral, que resgata receitas tradicionais e promove o consumo de alimentos locais. Foram realizadas feiras gastronômicas e oficinas onde **foram fortalecidas as capacidades de 270 mulheres e 85 homens em agroecologia,** processamento ecoeficiente e cozinha ancestral com alimentos locais de alto valor nutricional. **Foram acompanhados 248 beneficiários diretos, com destaque para o trabalho com cozinheiras rurais para recuperar técnicas culinárias autóctones.** Chone busca se posicionar como destino eco-gastronômico, integrando-se ao movimento **Slow Food** e promovendo o turismo rural.

Além disso, o programa **Pansitas Contentas, iniciado em 2022, busca reduzir a desnutrição infantil em bairros vulneráveis.** Ele já beneficiou mais de **1.800 crianças e 1.000 mães,** promovendo dietas saudáveis, hortas urbanas e o consumo de alimentos frescos de origem local, em parceria com o Ministério da Saúde e 70 produtores agrícolas. As mães recebem formação nutricional e sementes para cultivar alimentos em suas casas.

Essas ações, articuladas com 15 municípios, organismos de cooperação e a academia, consolidam Chone como referência em políticas públicas de desenvolvimento territorial sustentável, saúde alimentar e resiliência climática.

Na página esquerda: a colheita do fruto do cacau por um produtor.
Nesta página: um produtor com algumas mudas de bambu.





Porto Alegre, Brasil

Sistemas agroflorestais, governança colaborativa

Resumo da intervenção de **Olivia Bertolini**, Secretaria de Governança

Porto Alegre tem consolidado **uma estratégia integrada que reconhece a produção local de alimentos como eixo articulador entre diferentes áreas da gestão pública.** Sustentada por **quatro frentes de atuação — sustentabilidade ambiental; aproximação entre produtores e consumidores; apoio técnico à produção e articulação intersetorial** —, essa abordagem busca fortalecer conexões dentro da administração pública e entre os territórios, promover a inclusão e reposicionar a alimentação como elemento estratégico na construção de cidade mais justa e com desenvolvimento ambiental e social sustentável.

A cidade tem adotado, de forma pioneira, práticas como a implantação de sistemas agroflorestais em áreas urbanas, promovendo a união entre regeneração ambiental, produção de alimentos e participação cidadã.

Ainda em 2025, **68 hortas** serão implantadas em todas as regiões do Orçamento Participativo, em locais sugeridos por líderes comunitários. Ao reconhecer **os sistemas alimentares como eixo estruturante** e apresentá-los de forma acessível a gestores públicos e à sociedade, **Porto Alegre impulsiona reflexões sobre o papel do alimento na formulação de políticas públicas e estimula a apropriação cidadã nos temas relacionados** à sustentabilidade e ao direito à alimentação saudável.

A conexão entre produtores e consumidores ocorre por meio de uma rede diversa de feiras — convencionais e orgânicas — em praças, parques e espaços públicos, aproximando o acesso à alimentação saudável do cotidiano da população. Eventos e circuitos curtos de comercialização valorizam a cultura alimentar local e estimulam a economia regional.

Outro eixo central é o fortalecimento da governança colaborativa, com foco na alimentação escolar. A atuação intersetorial — impulsionada pelos compromissos do Pacto de Milão — tem aproximado saúde, educação e gestão pública. **Porto Alegre foi selecionada para receber consultoria técnica do Programa PNAE Agroecológico**, reconhecimento à sua trajetória na articulação entre produção local e abastecimento institucional sustentável.

A prefeitura oferece, ainda, capacitações, insumos e patrulha agrícola aos produtores da Zona Rural, com apoio à produção orgânica e uso de sistemas agroflorestais — opção sustentável para fortalecer a agricultura familiar, proteger o meio ambiente e ampliar o acesso a alimentos saudáveis.

A experiência da cidade demonstra que a alimentação pode ser um motor de transformação urbana e rural, e desempenhar **um papel fundamental no patrocínio de metodologias agrícolas experimentais e orientadas para a sustentabilidade.**





Em ambas as páginas: oficinas de agrossilvicultura em Porto Alegre



Rosario, Argentina

Parques Huerta e Cinturão Verde

Resumo da intervenção de **Luciana Bassi**, Diretora de Competitividade das PME;

Raul Terrile, Coordenador do Programa Alimentar

A cidade de Rosário, Argentina, consolidou uma política pública exemplar em torno da produção agroecológica urbana e periurbana. **Desde 2002, a agroecologia integra o governo local por meio do programa Agricultura Urbana, que inclui cinco parques-horta com 25 hectares e 340 famílias produtoras de alimentos livres de agrotóxicos. Em 2016, foi adicionado o projeto Cinturão Verde,** que amplia a escala produtiva em terrenos não municipais, com acompanhamento técnico do município.

Atualmente, Rosário produz cerca de 6.300 toneladas anuais de hortaliças agroecológicas, distribuídas em 44 feiras e dois mercados fixos. Essa produção não apenas garante alimentos saudáveis, mas também contribui para a adaptação climática: **reduz até 8 °C a temperatura urbana e triplica a capacidade de absorção do solo, mitigando enchentes.**

A governança do sistema alimentar baseia-se na articulação entre produtores, consumidores, redes de comércio justo, universidades, organizações sociais e órgãos públicos. **Rosário possui normativas que regulam o uso de fitossanitários, proíbem o glifosato e protegem 650 hectares para a produção de alimentos.** Em 2021, a cidade foi reconhecida internacionalmente como cidade produtiva e resiliente.

Destaca-se o desenvolvimento de um sistema de garantias participativas, baseado na ferramenta TAPE da FAO, que busca certificar a qualidade agroecológica dos produtos. **Além disso, promove-se o aproveitamento de resíduos orgânicos urbanos, em colaboração com o projeto europeu Nexus,** para fechar o ciclo entre água, alimentos e energia.





No aspecto social, **o programa gera emprego para mais de 400 pessoas, sendo 73% mulheres, e fomenta a economia local por meio de 49 pontos de venda.** A agroecologia se apresenta como uma estratégia com triplo impacto: ambiental, social e econômico.

Entre os **desafios** atuais estão: **proteger as terras produtivas frente ao avanço urbano, escalar a produção além dos limites de Rosário, fortalecer a comercialização local e garantir a continuidade institucional das políticas públicas.** A implementação do sistema de **garantias participativas será fundamental para aumentar a confiança do consumidor e o valor agregado dos produtos.**

Rosário demonstra que é possível construir **um sistema alimentar justo, resiliente e sustentável a partir do local, com políticas integradas e participação cidadã.**



Na página esquerda: duas mulheres trabalhando em sua parcela em um Parque Huerta.

Nesta página: alfaces agroecológicas colhidas por um agricultor do Cinturão Verde e pela equipe da prefeitura.

ABASTECIMENTO ALIMENTAR E DISTRIBUIÇÃO

HÁ UMA SÉRIE DE AÇÕES E MEDIDAS QUE AS CIDADES PODEM ADOTAR PARA GARANTIR UM ABASTECIMENTO E UMA DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS SUSTENTÁVEIS, seguros, equitativos, contínuos e eficientes nas cidades e dentro delas. Por exemplo: revisar e reforçar os sistemas de controle alimentar, garantir o consumo de alimentos sazonais e locais, vinculando o transporte e a logística em áreas periurbanas e quase rurais, desenvolver uma política de compras públicas e comércio verde para facilitar as cadeias curtas de abastecimento alimentar, apoiar os mercados públicos municipais.

Na página à direita, você pode ler as ações recomendadas para a categoria.

27. AVALIAR OS FLUXOS ALIMENTARES PARA E ATRAVÉS DAS CIDADES, de modo a garantir que as populações com baixos rendimentos tenham acesso físico a produtos alimentares frescos, a preços acessíveis e a garantir um planeamento logístico e de transportes sustentáveis que permitam a redução das emissões de carbono através da utilização de combustíveis renováveis e meios de transporte mais eficientes.

28. APOIAR A MELHORIA DOS SISTEMAS DE ARMAZENAMENTO DOS ALIMENTOS, DAS INFRAESTRUTURAS E TECNOLOGIAS DE PROCESSAMENTO, TRANSPORTE E DE DISTRIBUIÇÃO, ligando as áreas periurbanas e as áreas rurais de proximidade, de modo a assegurar o consumo de produtos sazonais e assim reduzir a insegurança alimentar, o desperdício na produção e o desperdício no consumo, com especial ênfase para a diversidade de pequenas e médias empresas agroalimentares que operam em qualquer das fases da cadeia de valor e que podem criar emprego decente e estável.

29. AVALIAR, REVER E/OU REFORÇAR OS SISTEMAS DE CONTROLO ALIMENTAR implementando legislação e regulamentação local sobre segurança alimentar que (1) assegure que os produtores e fornecedores alimentares em toda a cadeia de valor operam de forma responsável; (2) elimine as barreiras de acesso ao mercado para os pequenos produtores e agentes da agriculturafamiliar; e (3) integre as dimensões de segurança alimentar, saúde e de ambiente.

30. REVER AS POLÍTICAS DE COMPRAS PÚBLICAS (CONTRATAÇÃO PÚBLICA) E DE COMÉRCIO, de modo a facilitar o fornecimento alimentar às Cidades/Municípios oriundo dos circuitos curtos agroalimentares e, deste modo, assegurar o fornecimento de alimentos saudáveis ao mesmo tempo que se facilita o acesso ao emprego e se garantem condições de justiça e sustentabilidade da produção, beneficiando os produtores e consumidores mais vulneráveis, através da maximização do potencial da contratação pública no apoio à realização do direito de todos à alimentação adequada.

31. FORNECER APOIO POLITICO E OPERACIONAL AOS MERCADOS PÚBLICOS, LOCAIS E MUNICIPAIS, incluindo feiras de produtores, mercados informais, mercados grossistas e retalhistas, restaurantes e outros distribuidores alimentares, reconhecendo as diferentes abordagens das Cidades/Municípios que trabalham com componentes privadas e públicas dos sistemas de mercado.

32. MELHORAR E ALARGAR O APOIO ÀS INFRAESTRUTURAS relacionadas com os sistemas de mercado que ligam os consumidores urbanos aos vendedores urbanos, periurbanos e rurais e assim contribuir para a construção da coesão social e da confiança, apoiar o intercâmbio cultural e assegurar rendimentos sustentáveis especialmente para mulheres e jovens empreendedores.

33. RECONHECER A CONTRIBUIÇÃO DO SECTOR INFORMA para os sistemas alimentares urbanos (em termos de fornecimento de alimentos, criação de empregos, promoção de dietas locais e gestão ambiental) e fornecer apoio e formação apropriadas em áreas como a segurança alimentar, dietas sustentáveis, prevenção e gestão de perdas e desperdício de alimentos.

Bogotá, Colômbia

Construindo Cidadania Alimentar: o Abastecimento de Alimentos em Bogotá

Resumo da intervenção de **Dora Lucia Rincon**, Subdiretora de Abastecimento Alimentar

A apresentação expõe **o modelo de abastecimento e distribuição de alimentos da capital colombiana, enquadrado na política pública denominada "Construindo a Cidadania Alimentar".** Bogotá, com mais de 8 milhões de habitantes, está localizada no centro do país e tem uma extensão de 163 mil hectares, dos quais 75% correspondem à zona rural. No entanto, essa área rural contribui com menos de 2% dos alimentos consumidos na cidade, pois é composta por áreas de conservação, páramos e reservas camponesas.

A cidade depende em grande parte dos municípios vizinhos para seu abastecimento alimentar. Quarenta e sete por cento dos alimentos provêm da região imediata, enquanto 84% chegam de uma área mais ampla que inclui departamentos como Tolima, Boyaca, Cundinamarca, Huila e Meta, abrangendo cerca de 77 municípios. Essa dependência regional motivou a criação de uma política pública que busca garantir o acesso equitativo e sustentável aos alimentos.

A política, em vigor desde 2019, está alinhada com sete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), entre eles: erradicação da pobreza, fome zero, trabalho decente, redução das desigualdades, sustentabilidade urbana, consumo responsável e alianças regionais. Seus objetivos centrais são: reduzir a desigualdade econômica e social, garantir preços justos para os agricultores, consolidar um sistema agroalimentar regional e incentivar práticas de consumo responsável.

Bogotá implementou diversas estratégias, como mercados camponeses, agricultura urbana, rotulagem de produtos, promoção de alimentos orgânicos e agroecológicos e capacitação de pequenos produtores. **A cidade conta com dois centros atacadistas e varejistas, sendo o maior deles o Corabastos, que recebe 98% dos alimentos frescos, além de praças de mercado, frigoríficos e lojas de bairro, estas últimas responsáveis por 48% das compras familiares.**

Também foram desenvolvidos programas sociais de distribuição de alimentos por meio de refeitórios comunitários, escolas e creches.



A política enfatiza o reconhecimento do agricultor como ator essencial do sistema alimentar, promovendo sua inclusão social e econômica e fomentando a sustentabilidade ambiental. Em conjunto, essas ações buscam transformar Bogotá em uma cidade com um sistema alimentar justo, resiliente e inclusivo, onde os cidadãos adotem práticas conscientes quefortaleçamovínculoentreocampoeacidade.

A cidade conta com a Política Pública de Segurança Alimentar e Nutricional 2019-2031 (PPSAN), orientada a garantir que toda a população disponha, tenha acesso e consuma alimentos de forma permanente e oportuna, em quantidade, variedade, qualidade e segurança suficientes. Ela propõe três eixos gerais, complementares entre si.
1) Equidade econômica e social;
2) Sistema de Abastecimento e Distribuição de Alimentos Saudáveis e Água (SADA);
que inclui: eficiência logística, reconhecimento da agricultura familiar e comunitária, compras públicas locais, gestão eficiente dos recursos hídricos e do solo, redução de surtos de doenças transmitidas por alimentos, diminuição de perdas e desperdícios de alimentos;
3) Práticas saudáveis de alimentação e nutrição.

O Índice de Segurança Alimentar em Bogotá mostra uma diminuição na insegurança alimentar. **Em 2024, a prevalência da insegurança alimentar total (moderada ou grave) reduziu-se para 13,9%, em comparação com 21,2% em 2023,** de acordo com dados do DANE. **A insegurança alimentar grave também diminuiu, passando de 4,7% para 2,8%.** No entanto, ainda há desafios, pois cerca de 1,1 milhão de pessoas, ou 13% da população, enfrentam dificuldades para ter acesso a uma alimentação adequada.

Bogotá D.C. conta com 20 localidades (territórios urbanos e/ou rurais) **nas quais atuam os Comitês Locais de Segurança Alimentar e Nutricional (CLSAN), instâncias de participação que promovem ações interinstitucionais para garantir os direitos relacionados à segurança alimentar e nutricional em nível local,** articulando esforços entre diferentes entidades e organizações, incluindo representantes da comunidade.





Na página esquerda:
a distribuição de cestas solidárias a pessoas em situação de vulnerabilidade.

Nesta página:
vista aérea de Corabastos, o mercado atacadista de Bogotá.

Lima, Perú

A batata como eixo do abastecimento alimentar

Resumo da intervenção de **Néstor Luyo**, Gerente de Operações, EMMSA

A cidade de Lima, por meio da Empresa Municipal de Mercados (EMMSA), **apresentou seu modelo de gestão do Grande Mercado Atacadista, que abastece aproximadamente 75% dos alimentos consumidos na capital peruana.** Nesse sistema, **a batata** ocupa um papel central, representando cerca de **27% do volume total comercializado,** o que a torna um eixo estratégico tanto pelo seu valor nutricional quanto cultural e econômico.

A batata, cultivada principalmente em regiões andinas como Junín e Huánuco, é transportada até Lima, onde a EMMSA garante sua distribuição eficiente. **O mercado opera 24/7 em um espaço de 10 hectares, com 12 pavilhões, e movimenta uma média diária de 1.700 toneladas de batata, chegando em temporadas altas até 3.000 toneladas. A EMMSA não regula preços,** que são determinados pela oferta e demanda, **mas intervém para evitar especulação e assegurar transparência na comercialização.**

Entre suas funções-chave, a **EMMSA facilita a conexão entre produtores, comerciantes, transportadores e consumidores, garantindo condições sanitárias e logísticas adequadas. Além disso, promove melhorias normativas e tecnológicas, com ênfase em rastreabilidade e inocuidade alimentar.** No entanto, enfrenta desafios como a capacidade logística limitada em épocas de alta oferta e a informalidade na origem dos produtos, o que dificulta o acompanhamento completo da cadeia.

Para enfrentar esses desafios, **a EMMSA trabalha em coordenação com o Ministério da Agricultura e a Senasa, promovendo inspeções na origem e fortalecendo os controles sanitários.** Também estão sendo desenvolvidos armazéns temporários e sistemas de informação digital para monitorar preços, volumes e procedência dos produtos.

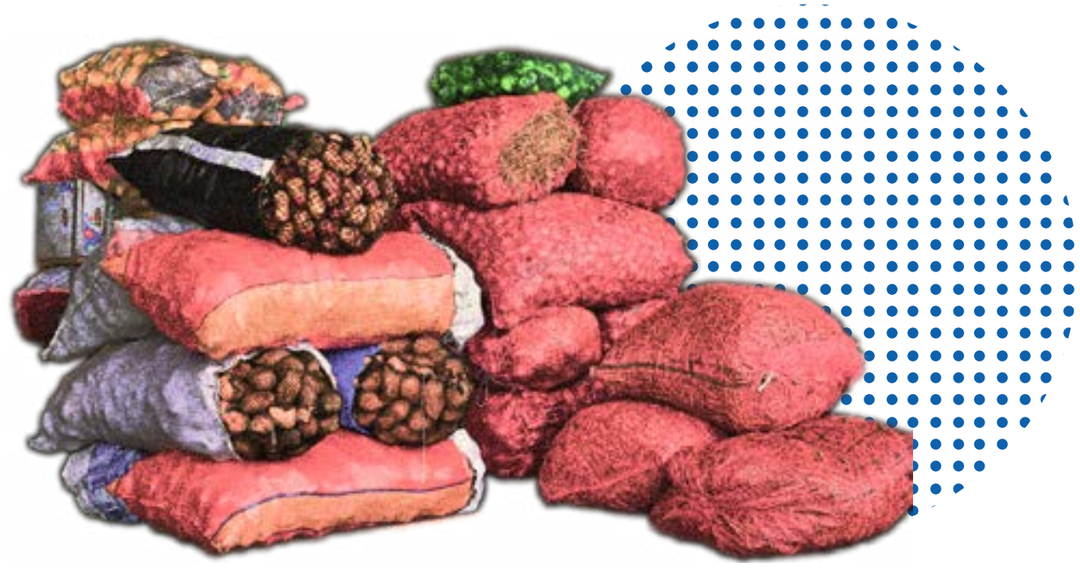
Por fim, foi destacada a importância de promover a diversidade de variedades de batata e seu consumo consciente, não apenas como alimento básico, mas como símbolo de identidade nacional.

A EMMSA busca se posicionar não apenas como centro de distribuição, **mas como ator-chave na promoção de sistemas alimentares sustentáveis,** seguros e tecnologicamente avançados.





Na página esquerda: uma inspeção na EMMSA.
Nesta página: a sala de controle da EMMSA.



Portoviejo: uma cidade sustentável e resiliente

Resumo da intervenção de **Karla Astudillo**, Diretora de Desenvolvimento Econômico e Produtivo

A apresentação de Karla Astudillo expõe o processo de transformação agroalimentar de Portoviejo, cidade costeira do Equador e capital da província de Manabí. Apesar de ter enfrentado eventos como o terremoto de 2016 e a pandemia, Portoviejo demonstrou uma notável resiliência. **Desde 2022, é reconhecida como a cidade latino-americana para o comércio justo, alinhando-se com políticas globais de sustentabilidade.**

Destacam-se três iniciativas chave:
- **"Alimentando as Cidades",**
- **"Sistema Agroalimentar Sustentável (SAS)",**
- **"Fortalecimento Agroprodutivo".**

Os dois primeiros projetos foram apoiados pela FAO e **permitiram articular 55 atores locais,** incluindo ministérios, sociedade civil, academia e produtores, em torno de temas como produção resiliente, comercialização ecoeficiente, saúde, educação e gestão circular.

O foco principal foi melhorar os hábitos alimentares, especialmente em crianças e adolescentes. Trabalhou-se com **95 escolas urbanas e mais de 42 mil estudantes,** promovendo o consumo de frutas locais em vez de produtos processados. Foram implementadas hortas urbanas em quatro paróquias, com espaços de comercialização no mercado central, e capacitou-se estudantes em agricultura.

O segundo projeto aprofundou a articulação institucional para combater a desnutrição infantil, enfrentando desafios como a falta de infraestrutura escolar para preparar alimentos e a limitada capacidade das associações agrícolas para abastecer produtos adequados. Optou-se por frutas de fácil consumo como laranjas e bananas.



Após quatro anos de assistência técnica da FAO, o município de Portoviejo implementa o terceiro projeto financiado pelo município e pelo Fundo Italiano, onde se inicia a fase de fortalecimento da infraestrutura agrícola, incluindo hortas hidropônicas para enfrentar as variações climáticas. **Também foram desenvolvidas iniciativas como Reverdecer, que transforma resíduos orgânicos em composto, e Raízes Manabas, que produz arroz agroecológico livre de arsênico.**

Portoviejo continua promovendo a venda direta de produtos locais em mercados e parques através de agrofeiras semanais.

Apesar de enfrentar limitações institucionais e cortes na cooperação internacional, a cidade mantém seu compromisso com a sustentabilidade, o comércio justo e a melhoria da alimentação escolar, reconhecendo que ainda há muito a fazer, mas com a convicção de que é possível fazer melhor.

Na página esquerda: a colheita do arroz.
Nesta página: um mercado camponês.





DESPERDÍCIO DE ALIMENTOS

OS GESTORES URBANOS E POLÍTICOS QUE DESEJAM REDUZIR O DESPERDÍCIO DE ALIMENTOS E GERENCIÁ-LO DE FORMA MAIS SUSTENTÁVEL, ADOTANDO UMA ABORDAGEM DE ECONOMIA CIRCULAR, podem recorrer às ações recomendadas nesta categoria, que enumera ações como a conscientização sobre a perda e o desperdício de alimentos, a recuperação e redistribuição de alimentos, etc.

Na página à direita, você pode ler as ações recomendadas para a categoria.

34. CONVOCAR TODOS OS ATORES RELEVANTES DO SISTEMA ALIMENTAR PARA AVALIAREM E MONITORIZAREM AS PERDAS E DESPERDÍCIO DE ALIMENTOS E PROMOVER A SUA REDUÇÃO a todos os níveis da cadeia devalor alimentar da Cidade/Município (incluindo na produção, processamento, embalamento, preparação dos alimentos, manuseamento e apresentação, reutilização e na reciclagem) e garantir uma planificação holística, transparência, responsabilização e integração de políticas.

35. SENSIBILIZAR O PÚBLICO PARA AS PERDAS E DESPERDÍCIO DE ALIMENTOS através de campanhas e eventos dirigidos; identificar as entidades chave como instituições de educação, mercados comunitários, lojas comerciais, lojas solidárias e outras iniciativas de economia circular.

36. COLABORAR COM O SECTOR PRIVADO, COM AS INSTITUIÇÕES DE INVESTIGAÇÃO E EDUCAÇÃO E AS ORGANIZAÇÕES DE BASE COMUNITÁRIA para desenvolver e rever, quando apropriado, as políticas e regulamentos municipais (por exemplo, processos, certificações e padrões de classificação, prazos de validade, etc.) de modo a prevenir o desperdício de alimentos e garantir a recuperação de modo seguro dos alimentos e embalagens através de sistemas que fomentem o uso e não o desperdício de alimentos.

37. FAVORECER, QUANDO POSSÍVEL, A RECUPERAÇÃO E A REDISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS SEGUROS E NUTRITIVOS destinados ao consumo humano que estejam em risco de perda, de serem descartados ou desperdiçados na produção, transformação, venda grossista, retalho, catering e restauração.

Buenos Aires, Argentina

Cozinhas para aprender

Resumo da intervenção de **Angélica Gómez Pizarro**, Gerente de Educação para a Sustentabilidade

O que fazemos com o que deixamos no prato? Essa pergunta cotidiana foi o ponto de partida de uma política educativa inovadora que transforma os refeitórios escolares da Cidade de Buenos Aires em espaços de aprendizagem sobre sustentabilidade, economia circular e cidadania. Impulsionada pelo Ministério da Educação através do Programa Escolas Verdes, a proposta busca educar enquanto se age frente a um dos desafios urbanos mais urgentes: a gestão de resíduos.

Com mais de 745.000 estudantes em 2.800 escolas públicas e privadas, a cidade enfrenta o desafio de gerenciar mais de 7.500 toneladas de resíduos por dia, doas quais 43% são orgânicos. **Nesse contexto, os mais de 500 refeitórios escolares representam uma oportunidade chave para educar e agir.**

O programa Escolas Verdes, com mais de 15 anos de trajetória, promove a sustentabilidade nas escolas através da educação e da gestão ambiental. Integra essas abordagens no planejamento curricular, na capacitação docente, no acompanhamento pedagógico e na gestão ambiental. **Ao longo de sua trajetória, equipou todas as escolas para separar resíduos na origem, incentivou hortas escolares e desenvolveu mais de 180 projetos de compostagem, entre outras iniciativas.**

Como parte de uma estratégia escalável, foi lançado um plano piloto de separação na origem e coleta diferenciada de resíduos orgânicos em 35 escolas com refeitório, em articulação com a área de nutrição e refeitórios escolares e o Ministério do Espaço Público e Higiene Urbana.



A iniciativa incluiu capacitações para professores, auxiliares, pessoal de cozinha e concessionários. Os resíduos orgânicos foram transformados em composto no Centro de Reciclagem da Cidade, e depois retornaram às escolas para nutrir suas hortas. **Em poucos meses, foram coletadas mais de 89 toneladas de resíduos orgânicos,** demonstrando o impacto tangível do projeto.

O mesmo é analisado a partir de três dimensões de sustentabilidade:

- **Social: promovendo a participação ativa dos estudantes e a corresponsabilidade,** fortalecendo uma cultura institucional sustentável.

- **Ambiental: reduzindo a quantidade de resíduos** enviados para disposição final, e diminuindo, assim, as emissões de gases de efeito estufa e promovendo a economia circular.

- **Econômica: otimizando os custos de transporte e disposição, aproveitando o composto localmente.**

Essa experiência demonstra que **o refeitório pode se transformar em uma "aula viva"**, onde compostagem é ensinar a cuidar, e **o pessoal de cozinha se torna um agente educativo.**

Atualmente, o projeto encontra-se em fase de expansão, com o potencial de alcançar todas as escolas com refeitório na cidade e recuperar toneladas de resíduos orgânicos por ano.

De Buenos Aires, essa política pública representa um modelo replicável para outras cidades comprometidas com um futuro mais justo, inclusivo e sustentável, reafirmando que **não há ação climática sem educação.**







Em ambas as páginas: oficinas educativas sobre o desperdício de alimentos com crianças de Buenos Aires.

Curitiba, Brasil

Estratégias Integradas para Reduzir o Desperdício de Alimentos

Resumo da intervenção de **Dayane Bordignon Xavier**, Coordenadora de projetos nas Relações internacionais e nutricionista

A cidade de Curitiba, localizada no sul do Brasil, desenvolveu **um sólido conjunto de políticas públicas e projetos destinados a reduzir o desperdício de alimentos e reforçar a segurança alimentar:** as principais iniciativas que integram sustentabilidade urbana, gestão de resíduos e inclusão social foram apresentadas neste evento.

Uma das parcerias estratégicas é com o Real Instituto de Tecnologia (KTH) da Suécia, por meio do projeto **Food Cycle, que promove a reutilização de alimentos sem valor comercial em feiras e mercados, redirecionando-os para doação ou compostagem.** Essas ações estão em consonância com o Plano de Gestão de Resíduos Sólidos e o Plano Municipal de Mitigação e Adaptação às Mudanças Climáticas de Curitiba (PlanClima), que priorizam a valorização dos resíduos e a mitigação das emissões de gases de efeito estufa.

O projeto de combate ao desperdício começou com o mapeamento dos locais que geram resíduos orgânicos, como o Armazém da Família, o Sacolão da Família, os mercados municipais e as feiras. **Após o diagnóstico, os gestores foram sensibilizados e treinados para separar corretamente os alimentos próprios para consumo, que são encaminhados ao Banco Municipal de Alimentos.** Este banco abastece 103 instituições sociais e o programa Mesa Solidária para pessoas em situação de rua.

Outras iniciativas são:

- **Feira Solidária e Mercado Resíduo Zero,** que incentivam os titulares de licenças a fazer doações diretas e compostagem.

- **Fazenda Urbana,** que faz compostagem e oferece cursos sobre o tema, além de cursos e treinamentos gratuitos para a população sobre cultivo agroecológico e culinária saudável.

- **Plataformas educativas** como "Aprendere" e "Guia Curitiba", que oferecem cursos e oficinas sobre consumo consciente e aproveitamento integral dos alimentos.

- **Intercâmbio Verde**, um programa que permite às pessoas trocarem materiais recicláveis por frutas e verduras de fazendas familiares.

- **O programa Linhas de Conhecimento** leva os alunos do sistema escolar municipal em visitas educativas às Fazendas Urbanas, promovendo o aprendizado sobre culturas sustentáveis e alimentação saudável.

Curitiba está investindo em novas estruturas, como o Restaurante Popular Resíduo Zero, a ampliação do Banco de Alimentos e a segunda unidade do Programa de Fazendas Urbanas. Assim, consolida-se um sistema alimentar urbano solidário e responsável com o meio ambiente, posicionando Curitiba como referência em sustentabilidade alimentar.







Nesta página: os alimentos frescos recuperados vão para o Banco de Alimentos de Curitiba. Na página esquerda: distribuição de refeições no restaurante popular Capanema.

Recife, Brasil

Projeto Recolheita

Resumo da intervenção de **Adriana Figueira**, Secretaria Executiva de Agricultura Urbana



A Secretaria Executiva de Agricultura Urbana do Recife (SEAU), em parceria com a Autarquia Conviva Mercados e Feiras, a Autarquia de Manutenção e Limpeza Urbana do Recife, além das Secretarias de Saúde, Saneamento e Desenvolvimento Social, desenvolveu **o Projeto Recolheita, voltado para o reaproveitamento e a destinação consciente dos resíduos orgânicos gerados nos Mercados Públicos e Feiras da cidade do Recife.**

O projeto foi iniciado em dezembro de 2023 no Mercado da Encruzilhada, escolhido como piloto por gerar uma quantidade menor de resíduos sólidos orgânicos, o que permitiu uma avaliação dos processos a serem operados. Durante essa fase, foram realizadas diversas ações de educação ambiental para conscientização sobre o tema, tanto nos mercados e feiras quanto na sede da Prefeitura.

O Projeto Recolheita tem como principais ações a coleta dos alimentos não vendidos, segundo os permissionários, **mas que ainda sejam apropriados para consumo,** e encaminhamento para o Banco de Alimentos, cozinhas comunitárias e solidárias. **Já os resíduos orgânicos que não podem mais ser consumidos são destinados à composteira** da SEAU, localizada no estacionamento da sede da Prefeitura.



Ainda em período de experiência, o projeto foi ampliado para o Mercado de Santa Rita, onde foi constatado um volume de resíduos cerca de três vezes maior do que no Mercado da Encruzilhada. Entre o início do projeto e julho de 2024, foram contabilizadas 15,7 toneladas de resíduos orgânicos desses dois mercados. Somadas às 56,5 toneladas recolhidas no prédio sede da Prefeitura, resultaram na produção de 40 toneladas de composto orgânico, distribuído nas atividades de 70 unidades produtivas promovidas pela SEAU, como hortas comunitárias, hortas pedagógicas em escolas e hortas terapêuticas em centros psicossociais.

Essas ações fortalecem a gestão dos resíduos sólidos orgânicos da cidade e contribuem para a redução das emissões de gases de efeito estufa, ao evitar o envio desses resíduos para aterros sanitários.

Outro destaque **importante é a parceria com a Empresa Municipal de Informática (Emprel), que está desenvolvendo um aplicativo** para facilitar a logística de distribuição dos alimentos e dos resíduos orgânicos destinados à compostagem.

Ao transformar resíduos em recursos e promover práticas sustentáveis nos espaços urbanos, o Projeto Recolheita demonstra que **enfrentar as mudanças climáticas também passa por ações locais e integradas, capazes de gerar impacto ambiental positivo e fortalecer a resiliência das cidades.**

Nesta página: Recuperação de alimentos. Na página esquerda: Os alimentos frescos recuperados são cozinhados para serem distribuídos às pessoas vulneráveis.

REFLEXÕES FINAIS



O relatório **“O potencial das políticas alimentares urbanas na América Latina e Caribe”** resume a homônima série de webinários: o primeiro trabalho desenvolvido conjuntamente pelo Pacto de Milão para Políticas Alimentares Urbanas (MUFPP) e a Mercocidades.

O objetivo da série foi ensinar aos membros de ambas as redes quais são **os potenciais transformadores de uma abordagem sistêmica às políticas alimentares urbanas. Isso foi feito segundo o marco de ação do MUFPP** e por meio das apresentações, ao longo dos sete webinários, **de dezenove projetos bem-sucedidos apresentados por funcionários de dezenove cidades de toda a América Latina.**

Os êxitos e desafios das cidades que apresentaram serviram de inspiração e base para uma cooperação regional mais forte e eficaz diante dos desafios contemporâneos: **emprego, meio ambiente, justiça social e de gênero, geopolítica, desenvolvimento loca**l e, não menos importante, **mitigação e adaptação frente às mudanças climáticas.**

É precisamente **o vínculo entre os sistemas alimentares e o clima que está recebendo mais atenção por todos os tipos de entidades internacionais.** Instituições como o IPCC detalharam como os sistemas alimentares contribuem e são comprometidos pelas mudanças climáticas. Efetivamente, **uma porcentagem entre 21 e 37% das emissões de gases de efeito estufa a nível global é imputável aos sistemas alimentares.**

Ao mesmo tempo, secas e inundações que atingiram no ano passado a região em países como Equador, Argentina e Brasil, entre outros, **ameaçam a segurança e soberania alimentar** destruindo as colheitas de milhares de agricultores que alimentam as cidades da América Latina e de todo o mundo.

Por outro lado, a atualização da EAT Lancet Commission será lançada em outubro de 2025, seis anos após sua primeira versão, a qual demonstra indiscutivelmente **a relação entre as dietas humanas e as mudanças climáticas, assim como o importante papel das dietas baseadas em vegetais** para favorecer tanto a boa saúde humana como a do planeta Terra.

Uma estratégia especialmente eficaz para mudar os hábitos da população no longo prazo é investir nos refeitórios escolares que não só moldam os gostos, mas também nutrem e alimentam meninos e meninas durante sua formação. **O MUFPP está trabalhando junto à School Meal Coalition na Cities Feeding the Future Initiative** para contribuir ao desenvolvimento de refeitórios escolares em diversas cidades do mundo.

Nessesentido,atravésdeumtrabalhodesenvolvidoconjuntamente com a RUAF e a Rede de Municípios pela Agroecologia, **o Pacto de Milão lançou uma ferramenta complementar ao marco de ação do Pacto que atualiza e adiciona ações recomendadas, dando-lhe um enfoque nas mudanças climáticas.**

Em primeiro lugar, destaca-se como **as cidades têm que valorizar o impacto que têm nas mudanças climáticas através de seus sistemas alimentares.**

Particularmente, foi sublinhado **o papel da agricultura urbana em sua forma agroecológica,** tanto para mitigar as mudanças climáticas como para adaptar os sistemas alimentares urbanos a seus impactos. **Para priorizá-la no contexto urbano, é muito importante considerar tanto sua multifuncionalidade** (produção e soberania alimentar; cultural, recreacional e educacional), **quanto os serviços ecossistêmicos** (biodiversidade, moderação da bolha de calor, mitigação dos efeitos de secas e inundações) que a agroecologia urbana garante.

Finalmente, para garantir um decréscimo das emissões de gases GHG, sugere-se dar mais atenção ao tema do desperdício de alimentos, dado que contribui entre 8 e 10% de todas as emissões a nível global, segundo a UNFCC. Muito foi feito nesses anos, mas sempre se pode aspirar a diminuir os desperdícios até zero.

O vínculo entre sistemas alimentares e clima é fundamental para nos referirmos aos sistemas alimentares e **será cada vez mais importante para a associação MUFPP-Mercocidades** rumo à COP 30 e ao Fórum Global do próprio Pacto. O trabalho conjunto pode ser feito através da **unidade temática para Políticas Alimentares Urbanas liderada pelas cidades de Rosario, Belo Horizonte e Porto Alegre**, aberta a todos os mebros da Mercocidades. Na cúpula 2024, o Pacto apoiou fortemente a criação dessa unidade temática e **sempre se mobilizará para que as políticas alimentares urbanas sejam fortes e estruturadas em todas as cidades da América Latina.**

Os casos apresentados neste relatório são claros exemplos que servem de inspiração para que todas as cidades na América Latina se concentrem em seus sistemas alimentares, desenvolvendo-os **de maneira sustentável, inclusiva, resiliente, segura e diversificada.**

Uma barraca de frutas em um mercado rural.



O POTENCIAL DAS POLÍTICAS ALIMENTARES URBANAS NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE



Dezenove cidades apresentaram a toda a região seus esforços para fortalecer os sistemas alimentares locais: o enfrentamento aos desafios sociais, econômicos e ambientais pode ser feito de **forma sistêmica** também através da atenção dada aos sistemas alimentares.

Este relatório resume a série de webinários homônima: **o primeiro trabalho desenvolvido conjuntamente pelo Pacto de Milão para Políticas Alimentares Urbanas (MUFPP) e a Mercocidades.**

As gravações dos webinários estão disponíveis nos canais do YouTube de ambas as instituições.

MILAN URBAN FOOD POLICY PACT

MERCOCIDADES

ITALIAN AGENCY FOR DEVELOPMENT COOPERATION